

Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião:
podcast narrativo como estratégia de História Pública¹

Leandro José Brixius

Resumo

Ao analisar a transposição de uma monografia de conclusão de graduação para um podcast, este artigo aborda a criação de produtos históricos digitais e suas potencialidades de uso na História Pública e analisa as diferenças e similaridades entre o trabalho do historiador na produção de um texto acadêmico e de um produto voltado ao grande público. Traz, ainda, a descrição do processo de produção do podcast *Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião*, colaborando, assim, na orientação de produções futuras. Aponta que a adaptação de um texto acadêmico para um podcast exige um olhar para o conteúdo produzido para que se possa chegar a uma nova forma de narrar uma mesma história.

Palavras-chave: história pública; podcast; narrativa histórica; storytelling, história do Rio Grande do Sul

– *Um dos fatos mais portentosos da
nossa história foi o doutor Borges de
Medeiros ter em 1932 despido a sua
sobrecasaca, tirado o seu colarinho
duro, envergado seus trajes campeiros e
saído para a coxilha de arma na mão, a
fim de cumprir o compromisso de honra
assumido com os revolucionários de São
Paulo e traído pelo Flores da Cunha.*
– *Um gesto puramente romântico... – diz
Rodrigo.*
– *Mas duma grandeza moral
extraordinária! – exclama Terêncio.*

(VERISSIMO, 2004 [1963], p. 143).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História. Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Cássia Daiane Macedo da Silveira.

Dono de um “espírito formado na meditação dos grandes mestres do direito, inteligência disciplinada no estudo metódico e constante, temperamento combativo, vontade firme e orientada, essa organização privilegiada de homem de ação e doutrinador” (ALMEIDA, 1928, p. 9), um governante que deixou as marcas de uma “condução segura, autoritária, metódica e austera (...), um administrador que a tudo supervisionava” (PESAVENTO, 1996, p. 13), enfim, “seu feitio íntimo sempre foi o de um magistrado e de um jurista” (FONTOURA, 1958, p. 6).

Assim três reconhecidos biógrafos de Antônio Augusto Borges de Medeiros descrevem o político que por mais tempo governou o Rio Grande do Sul, tendo exercido o Poder Executivo por 25 anos e influenciado outros tantos nos mais de 40 anos de hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Foi esse perfil formado no imaginário político que despertou a primeira pergunta que fiz a esse personagem: como foi possível estar no poder por tanto tempo? E depois: há algo nessa trajetória que possa trazer informações diferentes dessas já ressaltadas por seus biógrafos?

Na busca desse olhar por algo quem sabe inédito foi que deparei com uma passagem da vida de Borges que parecia não se encaixar em tudo que conhecera até então. A luta armada pela destituição de um governante por meio da Revolução de 1930 não se alinhava aos preceitos positivistas da ordem. Depois, houve uma nova luta, desta vez contra antigos aliados. Além disso, havia um livro no qual o chefe republicano propunha um sistema de governo completamente oposto ao que sempre praticara e defendera. Assim, Borges deixava de ser um personagem de trajetória política linear, sem sobressaltos ou emoções, e ganhava camadas de complexidade, que procurei abordar no trabalho de conclusão de curso (TCC) de licenciatura em História, a partir de uma análise monográfica sobre como a publicação de *O Poder Moderador na República Presidencial* (MEDEIROS, 2002, [1933]) se insere na trajetória política do chefe do PRR.²

Na condução dessa pesquisa, me deixava intrigado o fato de que a elaboração de um anteprojeto constitucional que marcava uma guinada político-ideológica ocupasse apenas poucas linhas nos textos biográficos de Borges de Medeiros. Assim, finalizada a licenciatura em História e no caminho para a conclusão do bacharelado, pensei que havia uma oportunidade de ampliar a divulgação dessa passagem que envolve o contexto da

² O TCC *O Poder Moderador na República Presidencial: uma análise sobre seu significado na trajetória política de Borges de Medeiros*, com orientação do prof. Dr. Luiz Alberto Grijó, foi apresentado no semestre 2022/2, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e está disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258045>.

Revolução Constitucionalista, na qual o político gaúcho teve uma atuação surpreendente, mas em linha com seus princípios, como expressa o diálogo entre os personagens Roque Bandeira, Rodrigo Cambará e Terêncio Prates, criados por Erico Verissimo em sua obra-prima *O Tempo e o Vento* (2004 [1963]), transcrito na epígrafe deste artigo.

Dessa forma, nasceu a ideia de produzir um documentário em áudio publicado como podcast, forma de mídia em expansão nos últimos anos³, com o objetivo de levar ao público em geral um recorte histórico pouco conhecido, mas relevante para uma maior compreensão sobre Antônio Augusto Borges de Medeiros, ampliando e complexificando o rol de qualificações definido por seus biógrafos. Ao trazer uma passagem de certa forma desconhecida desse político, espero ser possível evidenciar as nuances das relações de poder, com as adequações de Borges às mudanças do tempo em que vivia, contribuindo para uma melhor compreensão tanto do passado histórico, quanto da política na qual estamos inseridos na atualidade.

Neste artigo, descrevo o caminho percorrido na produção de *Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião* e abordo as potencialidades do formato podcast a partir da perspectiva da História Pública. Também desenvolvo uma reflexão sobre os desafios inerentes à transposição de um texto acadêmico de formato monográfico para um meio de divulgação histórica não acadêmico, em diálogo com autores para abordar conceitos da História Pública e o fazer do historiador.

Podcast e a História Pública

O movimento de levar o conhecimento histórico desenvolvido dentro do espaço acadêmico para um público mais amplo integra o campo da História Pública. Essa ação se dá por meio de diferentes práticas, como exposições em museus, projetos de extensão universitária, publicação de livros de divulgação a públicos não-acadêmicos, produção de documentários e toda uma infinidade de potencialidades do ambiente digital. Assim, os historiadores buscam ampliar a interação de uma audiência ampla com o conhecimento

³ De acordo com a *Agência Sebrae de Notícias* (05/01/2023), pesquisa do Ibope estimou em 34 milhões de pessoas o número de ouvintes de podcast no Brasil. Estudo realizado pelo Spotify aponta que, no Brasil, houve aumento de 28% no consumo de podcast entre janeiro e setembro de 2023, com crescimento de 36% na produção de programas no mesmo período, publicou o site *Tecmundo* (29/09/2023). Estudo da consultoria Kantar Ibope Mídia, publicado pelo jornal *Valor Econômico* (20/09/2023), aponta que, nos três meses anteriores à pesquisa, houve uma alta de 23% no consumo de podcasts entre ouvintes de rádio. Os temas preferidos, segundo a pesquisa, são comédia (37%), música (34%), noticiário e política (23%), esporte (23%) e educação (22%).

histórico. Como afirmam as pesquisadoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011, p. 7), “a história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões”. No entanto, alertam, mantém a seriedade e o poder de análise, pressupostos da atuação profissional do historiador.

Essa construção de um conhecimento pluridisciplinar se dá por meio da atuação do campo da História Pública em aproximação com outras áreas do conhecimento. Uma delas é o Jornalismo, minha primeira formação e área de atuação profissional, e essa relação vem de longe. De acordo com Ana Paula Tavares Teixeira e Bruno Leal Pastor de Carvalho (2019, p. 10, *acréscimo nosso*), “no século XIX, antes de a disciplina [histórica] se estabelecer na universidade, a imprensa foi um lugar de trânsito para aqueles que atuavam como historiadores”. Ricardo Santhiago (2016, p. 24) complementa que, “pelo menos desde a emergência das mídias, inúmeros escritores, jornalistas, cineastas, artistas e outros agentes têm informado e difundido o verbo, o som e a imagem do passado para audiências não acadêmicas”. Se, inicialmente, a imprensa foi o espaço no qual pessoas que atuavam como historiadores exerciam sua profissão, em tempos mais recentes se dá um movimento inverso, com profissionais da área da comunicação atuando com conteúdos históricos com vistas a atingir o público em geral.

Essa convivência entre jornalistas e historiadores não se dá livre de conflitos, uma vez que é inerente a cada um dos campos defender seus espaços privativos e de maior especialidade. Jornalismo e História são áreas que buscam resgatar fatos por meio de práticas éticas e profissionais de apuração e pesquisa para reportá-los ao público. Um dedica-se, prioritariamente, ao passado recente, emaranhando-se com o presente. Outro pode lançar seu olhar a evidências produzidas há milênios e trazer de lá relevância para o presente. Os fundamentos do Jornalismo têm muito a contribuir no esforço de levar o conhecimento histórico a um público mais amplo, não somente acadêmico ou escolar, como a busca pela linguagem acessível e o uso de recursos para chamar a atenção do receptor, colocando o historiador na posição de produtor do conteúdo ao ser consumido pela audiência. Técnicas de texto e edição aplicadas pelos jornalistas podem ser replicadas, por exemplo, em documentários de áudio e vídeo produzidos por historiadores, uma vez que seus preceitos atuam com foco em comunicar uma mensagem. Nesse campo, as novas formas de mídia no ambiente digital são um espaço propício para

o desenvolvimento de produções independentes, fora do mercado comercial de comunicação.

Herdeiro do tradicional rádio – e de seu poder de “roçar o imaginário do ouvinte”, como descrevem Cecília Miglorancia e Marta Fonterrada (2011) –, o podcast é uma dessas formas de mídia digital. Está disponível em diferentes plataformas e é ouvido por meio dos smartphones, o que lhe faz superar a imobilidade, permitindo uma escuta íntima, que não depende de local e que estabelece relações entre quem fala e quem escuta, como descrevem Silvio Santos e Ana Peixinho (2019). Essa relação construída, segundo Miglorancia e Fonterrada (2011), permite que cada ouvinte confronte o que ouve com sua realidade, despertando o interesse, relacionando fatos e personagens de seu repertório e, como consequência, atualizando sua bagagem intelectual.

Usado também como recurso didático no ensino de História, o podcast tem grande potencial como plataforma de divulgação histórica: exige poucos recursos financeiros e tecnológicos para sua produção e é de fácil acesso a canais de distribuição. Para Santos e Peixinho (2019, p. 154), “o podcast é democratizante, libertador e mais receptivo à autenticidade”. Devido a essas características, avaliei que seria o melhor formato para o desenvolvimento deste trabalho.

Da monografia para o podcast

A podosfera, como é chamada a comunidade de podcasts, é formada por uma gama diversificada de formatos. Há os programas que apostam em entrevistas, outros no debate entre apresentadores e convidados ou, ainda, no humor, com uso intenso de vinhetas. Uma característica comum é intercalar narração com depoimentos de outras pessoas ou reproduções de áudios de emissoras de rádio e TV com o objetivo de dar mais ritmo à atração. Assim, definida a opção pela produção de um podcast como trabalho de conclusão de curso, busquei programas que poderiam servir de referência.

Focado em história do Rio Grande do Sul, o podcast *Aconteceu no RS*, apresentado pelo jornalista Leandro Staudt, ancora-se na entrevista de um historiador para abordar um tema em cada edição. Como flui de acordo com a resposta do entrevistado, muitas vezes perde o fio narrativo, já que é comum a fonte tergiversar quando está explicando algo.

Outro podcast do segmento histórico é *Projeto Querino*, que tem como objetivo resgatar o protagonismo negro na história do Brasil. Apresentado pelo jornalista e roteirista Tiago Rogero, o programa é resultado de um trabalho de produção de dois anos,

sendo o primeiro dedicado somente à pesquisa histórica, sob coordenação da professora Ynaê Lopes dos Santos, doutora em História e docente da Universidade Federal Fluminense. O roteiro mescla a narração de relatos históricos com as análises de especialistas, reproduzindo pequenos trechos de entrevistas.

Um tema da história mais recente tratado em um podcast é a relação entre os irmãos Fernando e Pedro Collor de Mello. *Collor versus Collor* recupera, a partir de áudios inéditos de entrevistas de Pedro para um livro de memórias, a denúncia feita pelo irmão mais novo contra o mais velho, na época presidente da República, no início da década de 1990. Além dessas gravações, há entrevistas atuais com personagens e exibição de trechos de transmissões em rádio e TV.

Como é possível perceber, os estilos são bastante variados. *Aconteceu no RS e Collor versus Collor* são produções com origem em empresas de comunicação – Grupo RBS e Rádio Novelo, respectivamente – e, dessa forma, apresentam um viés preponderantemente jornalístico. Já *Projeto Querino*, também da Rádio Novelo, mesmo que produzido por uma empresa de comunicação e conduzido por um jornalista, parte de uma pesquisa realizada por historiadores especialmente para o projeto.

Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião parte de uma pesquisa já realizada com os preceitos historiográficos pertinentes a uma monografia em História. É resultado de uma adaptação desse trabalho para um novo formato de texto. Mas também traz uma diferenciação em relação aos formatos citados anteriormente: não há áudios originais, reproduções de rádio ou TV, que pudessem ser aproveitados para dar ritmo à gravação. As citações que estão na monografia não possuem uma versão em áudio. Ainda, buscar as fontes para entrevistas não se mostrou viável: além de muitas já estarem falecidas, as gravações exigiriam equipamentos para registros externos ou de telefonemas que eu não dispunha.

Dessa maneira, como os modelos que conheço não se adequam ao meu conteúdo ou condições de produção, planejei o podcast como uma narração feita somente pelo apresentador. Esse formato desenvolvido é o que se pode chamar de documentário histórico em áudio, segundo a definição de Miglorancia e de Fonterrada (2011, p. 130):

O documentário sonoro é resultado de investigação sobre algum tema. Pode ser histórico, uma biografia, uma recriação ou híbrido. Seu diferencial é o fato de permitir a criação, o ponto de vista do idealizador – é um recorte sonoro. A forma de concebê-lo é uma arte.

Além disso, pode-se definir o programa que produzi, de acordo com Alessandro Gützel (2022), como um podcast de storytelling, categoria na qual “são narradas histórias baseadas em documentos e testemunhos [...] sob a premissa de que é possível explicar situações complexas por meio de formas mais simples” (p. 43, *nossa supressão*). Segundo o autor, “o interesse do ouvinte é buscado por meio da humanização das situações narradas” (p. 43) sobre personagens que se deslocam no tempo e no espaço em busca dos seus objetivos. Os episódios vividos por Borges de Medeiros abordados neste podcast envolvem, justamente, uma época de intensa movimentação do chefe político, tanto física, mudando-se para Pernambuco, quanto político-ideológica, ao aproximar-se do modelo parlamentarista.

Para ter sucesso em conquistar a atenção do público (compreendido de maneira ampla e imaginado apenas como pessoas com interesse em história política e seus personagens), o podcast precisaria encontrar um caminho para fazer com o que ouvinte se envolvesse com a história, como prescreve João Victor Loures (2018, p. 24): “perceber cada personagem, descrição de cenário e contextualização ajuda na formação da autoconsciência e/ou identidade”, reflexão que será retomada adiante neste artigo.

Assim, o primeiro passo se dá pelo roteiro. De que forma o conteúdo pode ser organizado para prender o interesse do ouvinte? Na monografia, optei por começar com um mergulho no conteúdo de *O Poder Moderador na República Presidencial* para, posteriormente, abordar a trajetória política de Borges de Medeiros, finalizando com a repercussão que tal obra teve, chegando assim às considerações finais. Essa sequência de conteúdos se relacionava com o objetivo da monografia e com o tipo de leitura a ser desenvolvida em um documento escrito. No entanto, em um documento que será ouvido, sujeito a todas as outras formas de estímulo a disputar a atenção do ouvinte, “a busca de uma nova forma de registro [...] exigirá especificidades ao trabalho histórico empreendido dentro de uma pesquisa”, como relatam Olivia Silva Nery e Felipe Nóbrega Ferreira (2020, p.3, *nossa supressão*), ao trabalhar com a transposição de uma dissertação para um podcast, ressaltando que isso ocorre porque “entrará em cena a sensibilidade sonora”.

Avaliei que a melhor alternativa seria buscar os momentos de maior ação, quase que com características de folhetim, para as aberturas. Assim, iniciei o primeiro episódio narrando a fuga de Borges de Medeiros de Porto Alegre escondido no fundo de uma barcaça que atravessou o Guaíba, relatando brevemente que houve batalhas na sequência, culminando com a prisão e o exílio no Recife. Essa passagem é citada rapidamente na monografia, mas no podcast ganha detalhes que exigiram ampliação da pesquisa para

construir o contexto. Dessa maneira, o ouvinte tem sua curiosidade provocada para buscar compreender como esses fatos se deram e se relacionam com o anteprojeto constitucional publicado em livro – a mudança de opinião de Borges –, podendo construir suas próprias relações de encadeamento.

Atingir esse objetivo depende, é claro, da sequência do programa, como alerta Güntzel (2022, p. 44): “essa primeira ação é entendida como promessa de que algo interessante ocorrerá (e o sucesso da história tem a ver com a capacidade do autor em cumprir essa promessa)”. Assim, é importante enriquecer a narração em áudio com efeitos sonoros. Sons de passos, animais, batalhas ou máquina de escrever ajudam a fazer com que o ouvinte mergulhe na história e sinta-se integrado ao enredo desde os primeiros segundos.

O episódio 2 segue o mesmo padrão do primeiro, narrando a ação que culminou na prisão de Borges de Medeiros. No terceiro, que trata do conteúdo do livro, especialmente o anteprojeto constitucional, não havia uma ação para narrar. Minha ideia era apresentar, já na abertura, os trechos que justificam o nome do podcast, a mudança de opinião de Borges. Para manter a proposta de ter uma abertura diferente do restante do programa, busquei uma trilha sonora que fosse conhecida pelos ouvidos e se referenciasse a temas legislativos: *O Guarani*, ópera composta por Carlos Gomes e cortina sonora há várias décadas do programa de rádio *A Voz do Brasil*, transmitido obrigatoriamente pelas emissoras do país à noite com notícias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No último episódio, a situação se repetiu. A abertura se deu com a leitura de um trecho de reportagem que resumia a surpresa com a qual o livro de Borges foi recebido em seu lançamento. Como recurso sonoro de diferenciação para marcar trechos de reportagens, usei o som de máquinas de escrever, ambientação característica de redações de jornais antes do advento dos silenciosos computadores.

Dessa forma, os quatro episódios foram estruturados na seguinte sequência:

- 1) Porto Alegre – Piratini – Recife: após a introdução que narra a fuga de Porto Alegre e o que levou ao desterro no Recife, apresento o personagem Borges de Medeiros e conto como foi sua carreira política até a saída do governo do Rio Grande do Sul, em 1928.
- 2) Getúlio na presidência, Borges na oposição: o ponto de partida é a prisão de Borges de Medeiros em Piratini no dia 20 de setembro de 1932, em meio à Revolução Constitucionalista que busca depor Getúlio Vargas da presidência

da República. O episódio recupera as relações entre os dois aliados que se tornam inimigos após o movimento que levou Vargas ao Palácio do Catete.

- 3) As inovações de Borges de Medeiros: apresentados todos os envolvidos, é hora de trazer à cena o que deu origem ao podcast: o livro *O Poder Moderador na República Presidencial*. Seu conteúdo é resumido, com ênfase nas passagens que provocaram polêmica à época.
- 4) Borges de Medeiros nas manchetes dos jornais: por fim, a repercussão provocada pelo anteprojeto constitucional publicado por Borges em seu livro é trazida por meio de recortes de jornais, procurando mostrar que essa foi uma passagem relevante na trajetória do chefe político do PRR.

Havia, também, a necessidade de um nome para o podcast. Era preciso encontrar algo que provocasse a curiosidade dos ouvintes, sem comprometer o rigor histórico. Optei por *Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião* por avaliar que seria capaz de instigar o público, já que não revela muito, e também se mantém fiel ao que de fato ocorreu: uma mudança de opinião, como o próprio Borges reconhecia em entrevistas.

Escrito o roteiro (ANEXO A) do primeiro episódio, que exigiu bastante tempo e várias reescritas na tentativa de encontrar o tom adequado por meio de frases curtas e diretas, enviei o texto para revisão da professora orientadora. Após a realização de ajustes, gravei a locução. Os áudios foram gravados em um estúdio profissional, com isolamento acústico, por meio de software comum para registro digital e salvos em formato mp3. Após, a edição se deu com uso do software Audacity, recomendado em guias para produção de podcasts e de fácil manuseio e diversos tutoriais na internet.

Antes de iniciar a edição do primeiro episódio, era preciso definir uma trilha sonora para o programa, uma vez que esse “é um elemento discursivo, e acompanha o andamento da história propondo sensibilidades ao texto narrado, funcionando como textura que tanto complementa, como por vezes pode ser propositiva ao objeto narrado” (NERY; FERREIRA, 2020, p. 8). Há uma série de sites com músicas e trilhas que podem ser utilizados livremente, sem necessidades de liberação de direitos autorais, como Looperman e Freesound. Imaginei que seria adequada uma música com características de fanfarra, para dar ritmo, mas com marcas do Rio Grande do Sul. Assim, realizei pesquisas com enfoque no uso do acordeão. A música escolhida chama-se Accordion Low Fox C130. Ela cumpre a função de cortina musical, rodada em BG (background, música de fundo) em alguns trechos, para em seguida marcar a transição de bloco. Os mesmos sites utilizados na trilha contam com bibliotecas diversificadas de efeitos sonoros. Há, ainda,

a possibilidade de utilizar recursos oferecidos pelo próprio Audacity, como distorção ou inserção de ruídos. Usei essas ferramentas para marcar quando personagens falavam, buscando uma diferenciação sonora em relação à voz padrão do locutor.

A escuta do primeiro programa, por mim e pela orientadora, indicou pontos que poderiam ser aprimorados nos episódios seguintes. Essa avaliação é essencial, uma vez que é uma produção experimental realizada por uma pessoa sem especialização nesse tipo de produto. Foi na escuta que se percebeu que poderia ser interessante contar com um complemento para contextualizar melhor fatos e personagens citados ao longo do episódio. Inserir mais informações no programa poderia deixar a narração enfadonha, mas um site poderia servir para abrigar um tipo de glossário e ainda exibir as páginas dos jornais que compõem o quarto episódio, além de ser mais um espaço para veiculação do podcast. Essa estratégia pode ser observada também em podcasts comerciais, que, com frequência, trazem conteúdos adicionais em sites ou redes sociais, estimulando a interação com o público. O conteúdo referente a este podcast pode ser acessado no endereço sites.google.com/view/podcastborges.

Para que o podcast chegue aos ouvintes, é preciso publicá-lo em agregadores de áudio – utilizei o Spotify, que pode ser acessado pelo link bit.ly/podcastborges ou no QR Code ao lado.



O que faz o historiador ao fazer um podcast?

Michel de Certeau (2011) nos questionou o que fabrica o historiador ao fazer história. Para quem trabalha? O que produz? Para o pensador francês, a história deve ser compreendida como uma operação, envolvendo a relação entre um lugar de produção, procedimentos de análise e a construção de um texto. Entretanto, como se realiza essa operação quando o produto final do seu trabalho não é um texto acadêmico?

Um exemplo com o qual talvez estejamos mais familiarizados está no espaço museológico. Ulpiano de Bezerra Menezes (1994) discute o estatuto do que fazemos enquanto historiadores ao trabalhar com museus e, em especial, com exposições históricas, apontadas por ele como um laboratório da história. Como estabelecer relações com os usuários, permitir que eles próprios possam dominar as convenções do espaço museológico e, a partir dos objetos e documentos ali expostos, firmar sua compreensão? Para o autor, o caminho de resposta está na relação que se constrói com o objeto, partindo dele para propor as reflexões, construindo sentido no próprio objeto.

Assim, o que estou fazendo ao “fabricar” uma monografia e ao “fabricar” um podcast? Em ambos, recorri à bibliografia e à imprensa para verificar, em documentos, qual foi a repercussão de *O Poder Moderador na República Presidencial*, o que se falou sobre a proposta de Borges de Medeiros. Identifico o livro em si como objeto da pesquisa, a partir do qual se constroem as demais interações. Os estranhamentos à opinião expressa por Borges de Medeiros em sua aproximação com o parlamentarismo só ganham sentido quando esse novo posicionamento é colocado no contexto das posições pregressas do chefe político. É a partir desse movimento que se chega às opiniões registradas pelos jornais, por meio das quais é possível buscar sinalizações sobre como esse momento se insere na trajetória política de Borges.

Para a realização do podcast, não realizei especificamente uma pesquisa com fontes primárias, uma vez que parto da adaptação de uma monografia, mas as tomo também como matéria-prima para a construção da argumentação, ainda que com diferenças sobre a estratégia discursiva adotada no texto acadêmico. Em ambos os casos os documentos dão encadeamento à história contada – no podcast isso aparece especialmente nas aberturas dos episódios, com reforço da narração –, mas também têm estatuto de evidência, confirmando as hipóteses levantadas ou as passagens que se quer evidenciar, um ponto que aparece no podcast especialmente no quarto episódio, no qual enfrentei o dilema entre trazer a leitura de muitas matérias de jornais ao mesmo tempo em que não podia deixar o programa perder o ritmo e ficar maçante para o ouvinte.

Pesquisador em História e autor de romances históricos, Richard Slotkin (2005) acrescenta que até mesmo a produção de ficção histórica é um complemento valioso ao trabalho dos historiadores. Para isso, diz, deve basear-se em uma investigação cuidadosa e em uma análise rigorosa das evidências. A diferença está na forma como essas evidências são usadas no texto ficcional e o modo como suas conclusões são apresentadas, o que é uma vantagem desse formato, segundo o autor. Para Slotkin, o texto ficcional permite que as lacunas deixadas pela pesquisa historiográfica sejam preenchidas por hipóteses testadas por um tipo de “pensamento-experimento” no qual os eventos são dirigidos pelo que se considera mais relevante. O que preenche essas lacunas deve guardar verossimilhanças com o contexto histórico para que seja assim compreendido pelo público.

No podcast, por exemplo, esse “preenchimento de lacunas” aparece na descrição da fuga de Porto Alegre ou da prisão de Borges em Piratini. O político tomava chimarrão e se preparava para churrasquear? Os elementos descritos na cena têm referência genérica

na literatura: a prisão ocorreu próximo ao meio-dia e estava sendo preparado o almoço. A tradição gaúcha e relatos até mesmo literários sobre revoluções no Rio Grande do Sul falam sobre o consumo da carne assada em razão da facilidade de preparo, assim como da manutenção do hábito de beber chimarrão inclusive nessas situações de conflito. Assim, pode-se supor que Borges mateava sob um capão, já que não estaria sentado ao sol, enquanto aguardava que o churrasco ficasse pronto.

Ainda de acordo com Slotkin, o texto que se produz a partir da investigação histórica é o ponto de diferenciação – e, para mim, a elaboração desse texto adequado às características de cada formato é o que constitui o principal desafio ao historiador em produtos que serão consumidos pelo grande público. Segundo Sara Albieri (2011, p. 25):

Produzir ficção ou divulgação científica, assim como elaborar livros didáticos, exige muito empenho, porque não é fácil dizer de modo simples o essencial; o processo de publicação envolve decisões cruciais de seleção e reescrita na massa de informação e de interpretação acadêmica disponível. Quando bem feito, não se trata de um trabalho de “recorte-e-cole” visando a produção em massa, mas de uma tarefa que exige engenho e arte.

A partir de Menezes e Slotkin, é possível pensar sobre como se dá a construção de argumentação acerca da mudança de opinião de Borges na monografia e no podcast. Na monografia, ao explicar em que contexto ocorreu a publicação do livro e sua recepção como uma alteração no posicionamento político-ideológico de seu autor, lanço mão do encadeamento de argumentos, teorias e autores que formam um cenário mais complexo do que o binômio causa-consequência, contemplando também as dúvidas e lacunas da pesquisa. No podcast, essas questões aparecem como base de um caminho sequencial de acontecimentos que culminam em um fato: a mudança de opinião de Borges. Segundo Andreea Deciu Ritivoi (2018, p. 55), fundamentar a “trama em sequência de eventos que parecem conectados tanto cronológica quanto casualmente” é necessário para alcançar o “efeito de consolidar situações – isto é, de fazer com que elas pareçam bem definidas para as pessoas de fora, que não estão dentro delas”.

No caso deste podcast, essa relação se estabelece a partir das conexões do objeto – o livro de Borges de Medeiros – com as fontes e documentos que constroem, na monografia, a argumentação sobre a relevância desse texto na trajetória do chefe político gaúcho. Ao mesmo tempo em que se constituem como elemento ilustrativo, ao dar ritmo para a narrativa dos episódios, essas fontes alcançam estatuto de “prova” para os ouvintes, uma vez que dão solidez aos argumentos do narrador (a propósito, podemos reavaliar se a quantidade de reproduções de jornais que integram o episódio 4, por exemplo, são

excessivas ou estão em quantidade necessária para dar esteio aos argumentos). Avalio que é esse movimento que faz com que o podcast se torne crível e possa, ainda, estimular o público a fazer suas próprias reflexões e conexões.

Assim como no romance histórico há uma parcela de imaginação, o mesmo ocorre no documentário histórico em áudio – o que se alcança não só pelo texto narrado, mas, principalmente, pelos recursos sonoros que são utilizados, como se viu. Convidar o ouvinte à imaginação para que ele possa se envolver com a história ali contada, desenvolver algum tipo de empatia pelo personagem, sem desconsiderar os elementos racionais, faz parte do caminho para que se possa alcançar o objetivo de criar um canal de comunicação com o público para produzir conhecimento no momento da escuta.

De acordo com Ritivoi (2018), a narrativa estimula a identificação empática pelo personagem e isso ocorre porque a empatia parte da diferença, ou seja, o outro sujeito é reconhecido como diferente, mas ainda assim é possível compreender a perspectiva de quem a vive. Explica a autora (p. 17):

As narrativas conseguem fomentar uma compreensão não apenas dos personagens que são ou que parecem ser como nós, mas também, e mais importante, daqueles que em nada se parecem conosco. A empatia pode emergir de uma melhor compreensão das experiências, e não da identificação com um personagem familiar ou com um personagem que se encontra em uma situação familiar.

Como desenvolver empatia por Borges de Medeiros, um homem circunspecto, poderoso, quem sabe manipulador? Ao pensar com Ritivoi, percebemos que o interesse por esse personagem pode se dar justamente pelo que ele tem diferente: o tempo em que viveu, as posições de poder que ocupou, as experiências de vida pelas quais passou. Mas ao mesmo tempo, podemos perceber, com os fatos abordados no podcast, que Borges passou por situações do cotidiano: ser pressionado a tomar decisões em favor de uma ou de outra pessoa, sentir-se decepcionado com antigos amigos, perceber que envelheceu e não tem mais o mesmo vigor da juventude, inclusive para liderar. Como escreveu Ritivoi (2018, p. 51), “adquirimos conhecimento de experiências que nunca tivemos e talvez nunca venhamos a ter”, mas “compreendemos o significado que elas possuem para uma pessoa em particular”. Ao provocar reflexões e questões sobre as ações de Borges ao longo dos episódios, o podcast busca fazer com que o político dos anos 1930 viaje quase um século para se apresentar como alguém que poderia estar próximo do ouvinte.

No caso deste trabalho, a opção se deu pelo podcast, mas a era digital propiciou a multiplicação de oportunidades para a divulgação do conhecimento histórico. Hoje são

muitos os espaços ocupados, além dos já tradicionais livros, como redes sociais, documentários, vídeos, blogs e jogos, entre outros, o que faz com que Albieri (2011, p. 21) busque uma figura de linguagem para representar o cenário atual: “É como se a historiografia acadêmica – aquela que é produzida como ciência pelos especialistas – vazasse por muitos poros, e formasse uma intrincada rede de vasos comunicantes que sustenta e alimenta a visão comum do que é a história”.

Considerações finais

O campo da História Pública constitui-se em um espaço de múltiplas oportunidades de divulgação do conhecimento histórico e de atuação profissional para historiadores e historiadoras. Há um variado cardápio de produtos já conhecidos que podem ser explorados, assim como há outros tantos que podem ser desenvolvidos a partir da criatividade dos profissionais. Cada um traz consigo exigências específicas inerentes ao formato e, por isso, a interdisciplinaridade é necessária e profícua, permitindo a troca de saberes, respeitando as especificidades de conhecimento de cada campo.

Na concepção do podcast *Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião*, enfrentei diferentes desafios. A começar pela adaptação de uma pesquisa publicada sob os preceitos de um trabalho acadêmico para um documentário narrativo em áudio. Corre-se o risco de simplificar demais, assim como o seu oposto, manter uma linguagem não adequada ao novo formato. Muito conteúdo ficou de fora, e realizar essa seleção também é um processo de aprendizagem: o que realmente é essencial para contar essa história? O processo de produção do podcast vai muito além de simplesmente simplificar frases ou inserir elementos sonoros, premissas do formato de um produto em áudio.

A partir da conclusão deste trabalho, avalio que a transposição de um texto acadêmico para um podcast exige um olhar para o conteúdo produzido para que se possa chegar a uma nova narrativa para contar essa história. É preciso revisitar o que foi escrito originalmente para identificar nele pontos que possam se comunicar melhor com o ouvinte, que agreguem valor à narrativa, mas também ofereçam potencial para o uso de recursos sonoros. Mantendo-se o rigor historiográfico, não há risco de banalizar ou deturpar a mensagem a ser transmitida. Além disso, acredito que há um conhecimento produzido a partir do podcast, que se relaciona de maneira complementar com a monografia do TCC original.

Produzido de forma quase artesanal, este podcast demonstra as potencialidades desse meio como canal de divulgação histórica, superando a sua utilização por historiadores apenas como recurso didático, produzido por alunos, como parece ser o mais comum segundo indica a produção acadêmica recente. Assim, amplia-se e qualifica-se o cardápio de informações disponíveis ao público no meio digital, atuando também em favor da redução da desinformação, intencional ou não, que tantos problemas provoca na atualidade. Por isso, é importante que atuemos para transformar o interesse em História em interesse também pelo historiador, pois esse é um pré-requisito para a produção de conteúdos com maior compromisso ético.

Espero que, ao descrever o processo de criação de *Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião*, possa ter contribuído para que outros colegas historiadores, formados ou ainda em formação, encontrem seus caminhos de atuação em um meio estimulante de produção de conhecimento histórico.

Referências bibliográficas

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, João Pio. **Borges de Medeiros**: subsídios para estudar sua vida e sua obra por João Pio de Almeida. Porto Alegre, Barcelos-Bertaso, 1928.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BRIXIUS, Leandro José. **O Poder Moderador na República Presidencial**: uma análise sobre seu significado na trajetória política de Borges de Medeiros. Monografia (licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2023. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258045>. Acesso em: 2 jan. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CONSUMO de podcast cresce 23% entre ouvintes de rádio, diz Kantar Ibope. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 de set. de 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/09/20/consumo-de-podcast-cresce-23percent-entre-ouvintes-de-radio-diz-kantar-ibope.ghtml>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DIA do Podcast: consumo entre brasileiros cresceu 28% em 2023, segundo o Spotify. **Tecmundo**, 2023. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/272173-dia-do-podcast-consumo-entre-brasileiros-cresceu-spotify.htm#:~:text=Atualmente%2C%20a%20plataforma%20conta%20com,36%25%20na%20produ%C3%A7%C3%A3o%20destes%20programas>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias**: 1º volume – Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Editora do Globo, 1958.

GÜNTZEL, Alessandro. **Agência Histórica**: uma abordagem por meio do podcast storytelling no Ensino de História. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2022. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248013>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LOURES, João Victor. **Podcasts de storytelling**: a produção de narrativas históricas digitais para o ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198594>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MEDEIROS, Borges. **O Poder Moderador na República Presidencial**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002 [1933].

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.2, n.1 (1994). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MIGLORANCIA, Cecília; FONTEERRADA, Marta. Rádio, memória da história. In: ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

NERY, Olivia Silva; FERREIRA, Felipe Nóbrega. O uso do formato podcast no campo da história: a experiência do Projeto Lyuba Duprat – Objetos e Afetos. In: XIII Encontro Estadual de História: História e mídias: narrativas em disputas. **Anais eletrônicos...** Recife: ANPUH-PE, 2020. Disponível em https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602091984_ARQUIVO_59959a6aaf6f3dc0251be8e2fe5e7f29.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Borges de Medeiros**. 2ª ed. Porto Alegre: IEL, 1996.

RITIVOI, Andreea Deciu. **Empatia, intersubjetividade e compreensão narrativa**: lendo histórias, lendo a vida (dos outros). São Paulo: Letra e Voz. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Sílvio; PEIXINHO, Ana. A redescoberta do storytelling: o sucesso dos podcasts não ficcionais como reflexo da viragem. In: **Estudos em Comunicação**, nº 29, dez. 2019. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/555>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SETOR de produção de Podcast está em expansão no Brasil. Confira dicas do Sebrae!. **Agência Sebrae de Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/setor-de-producao-de-podcast-esta-em-expansao-no-brasil-confira-dicas-do-sebrae/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SLOTKIN, Richard. Fiction for the Purposes of History. In: **Rethinking History**, v. 9 (2005). Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642520500149152>. Acesso em: 10 jan. 2024.

TEIXEIRA, Ana Paula Tavares; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Os lugares do historiador-divulgador. In: TEIXEIRA, Ana Paula Tavares; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de (org.). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento, parte III: O arquipélago, vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1963].

ANEXA A - ROTEIROS

Episódio 1: Porto Alegre – Piratini – Recife

<p>LOC 1</p> <p>BG: som de passos</p> <p>BG: água, navegação</p> <p>BG: cavalos</p> <p>Efeito sonoro</p> <p>BG: mar, pássaros</p> <p>Efeito sonoro</p>	<p>Fazia frio no início da noite de 15 de agosto de 1932. O relógio passava pouco das 18 horas quando dois homens chegaram ao cais de Porto Alegre e embarcaram incólumes em uma lanchinha que levava carga pelo Guaíba. Eles não se acomodaram nos bancos. Preferiram o fundo falso, se escondendo embaixo das tábuas. Sobre elas iam latões de leite e sacos de milho, feijão, farelo e alfafa. A pequena embarcação seguiu até uma fazenda na margem oposta. Ali, os dois passageiros foram recebidos pelo proprietário, jantaram e, logo depois, partiram a cavalo, seguindo viagem por toda a noite. Um desses cavaleiros era Baptista Luzardo, líder político federalista. O outro, um senhor esguio quase entrando na casa dos 70 anos, era Borges de Medeiros. O homem que já tivera em mãos todo o poder que um político poderia almejar no Rio Grande do Sul deixava a capital em fuga. “Vamos embora, doutor Borges. O senhor não tem mais o tesouro do estado e a ajuda que espera dos amigos não chegará”, disse Lusardo para convencer o companheiro de que não havia outra saída. A gélida travessia do Guaíba viria a se prolongar até as águas do Atlântico, chegando ao calor tropical do litoral de Pernambuco. Antes, longas cavalgadas entrecortadas por algumas trocas de tiros na Revolução Constitucionalista. Borges foi cumprir no Recife o exílio que lhe foi imposto por seu antigo pupilo e ex-aliado Getúlio Vargas. Na capital pernambucana, revisitou suas posições políticas e apresentou ideias que na época foram recebidas como um rompimento com tudo que defendera politicamente até ali. Em sua defesa, disse em uma entrevista: “Tenho de evoluir. O homem político tem de acompanhar as ideias da época”. Essas novas ideias formaram um anteprojeto de Constituição publicado pelo ex-presidente gaúcho no livro O Poder Moderador na República Presidencial. Esse livro não é o ponto mais relevante da trajetória política do homem que governou o Rio Grande do Sul por 25 anos. Mas é um marco importante em uma fase de sua vida quando entrava já nos 70 anos.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>LOC 1</p>	<p>Este é o podcast Quando Borges de Medeiros mudou de opinião. Meu nome é Leandro Brixius, sou aluno do curso de bacharelado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e passei os últimos meses pesquisando sobre a trajetória de Borges de Medeiros nos anos 1930, especialmente o livro que ele escreveu. Vou contar o que ele publicou em O Poder Moderador na República Presidencial, porque esse foi um texto relevante na sua época, como foi recebido pelo público e, principalmente, como marcou a história dessa personagem que dominou a política gaúcha por tanto tempo.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>

LOC 1	<p>Mas para contar direitinho essa história, vou voltar um pouco mais no tempo e relembrar como foi que Borges de Medeiros chegou ao poder. O pequeno Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em 19 de novembro de 1863, no então município de Caçapava, na campanha do Rio Grande do Sul. Era filho de um desembargador pernambucano, Augusto César de Medeiros, e de uma gaúcha filha de estancieiros, Miguelina Lima Borges. Na infância, viveu em Pouso Alegre, no interior de Minas Gerais, e em Cachoeira, onde ficavam as terras da família materna. Foi nessas cidades que frequentou os primeiros anos da escola. Em Porto Alegre, concluiu o ensino secundário. E então migrou para São Paulo, em 1881, onde ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Esse caminho foi percorrido por poucos jovens da sua época, já que não são muito numerosas as famílias com condições de bancar um jovem estudando tão longe de casa. Ou seja, a família de Borges de Medeiros tinha boas condições financeiras.</p>
TRILHA MUSICAL	<p>Accordion Low Fox C130</p>
LOC 1	<p>Foi na capital paulista que Borges de Medeiros entrou em contato com a efervescência de ideias novas e com o agitado ambiente político na qual elas proliferavam. Foi lá que conheceu Júlio de Castilhos, que viria a se tornar o principal líder republicano do Rio Grande do Sul. Os estudantes gaúchos haviam fundado um clube em favor da República - vamos lembrar que o Brasil, na época, era um império sob o comando de dom Pedro Segundo. Os exames finais para se formar bacharel em Direito foram realizados por Borges em Recife, a terra natal de seu pai e que viria a reencontrar somente na velhice, como vamos ver mais adiante. Com apenas 22 anos, o jovem advogado fixou residência em Cachoeira. Assim como Julio de Castilhos, era um entusiasta do positivismo e encontrou no programa do Partido Republicano Rio-grandense o caminho para colocar essas ideias em prática. Seis anos depois de formado, em 1890, Borges de Medeiros estreou em um cargo político: foi eleito um dos representantes do Rio Grande do Sul na Assembleia Constituinte formada após a Proclamação da República, ocorrida no ano anterior. A atuação como parlamentar foi discreta. Quem traçava os rumos da bancada rio-grandense era Julio de Castilhos e Borges colocava-se como um soldado. Depois da aprovação da Constituição nacional, chegou a vez dos estados. No Rio Grande do Sul, a constituição foi escrita quase na totalidade por Castilhos. O texto republicano dava ao Poder Legislativo somente a fiscalização do orçamento. O presidente do Estado, como eram chamados os governadores da época, tinha poderes mais que supremos, era o responsável por fazer e executar as leis. E o presidente do estado poderia ser reeleito indefinidamente desde que conquistasse três quartos dos votos.</p>
TRILHA MUSICAL	<p>Accordion Low Fox C130</p>
LOC 1	<p>Castilhos foi eleito o primeiro presidente do Rio Grande do Sul. Ao seu lado, Borges também passou a ocupar cargos na administração. No final de 1891, foi nomeado desembargador do Superior Tribunal do</p>

	<p>estado. Em 1895, passou a ser chefe de polícia e, nessa função, elaborou o projeto de lei que organizou a área. Essa foi uma característica marcante dos primeiros anos de atuação política de Borges: elaborar legislações. Ele assumiu a posição de principal responsável pela organização administrativa do estado que começava a se formar nos moldes republicanos. O entrosamento com Castilhos era grande e Borges foi o escolhido para suceder o líder no governo do estado, em 1897. Havia outros nomes que apareciam como sucessores naturais, como Ramiro Barcelos e Pinheiro Machado, mas a escolha recaiu justamente sobre o mais jovem. Para os adversários, o motivo seria o fato de Borges ser mais suscetível às influências de Castilhos no governo. Eleito sem concorrentes, Borges foi empossado em 25 de janeiro de 1898. Era a primeira vez de uma solenidade que se repetiria mais quatro vezes ao longo de sua vida.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>LOC 1</p>	<p>Em 1903, um choque para os republicanos. Julio de Castilhos morreu prematuramente, vítima de um câncer de laringe. Borges de Medeiros estava recém iniciando seu segundo mandato. A partir dali, teria que acumular também o controle político do Partido Republicano Rio-grandense, o PRR, o mais forte partido do estado, e do jornal A Federação, que servia de tribuna aos ideais positivistas e barricada de críticas aos opositores. A partir desse momento, seria preciso assumir as rédeas com autonomia e marcas próprias, vencendo os opositores inclusive dentro do seu partido. Havia diferenças com relação ao antecessor. Castilhos era um líder carismático, enquanto Borges era metódico e austero, um administrador que a tudo supervisionava. Para se dedicar ao comando do PRR, indicou Carlos Barbosa para a sucessão no governo do estado. O partido estava em crise após a perda do líder. Um grupo de republicanos dissidentes lançou a candidatura de Fernando Abbott. Mesmo assim, Barbosa acabou eleito. Nessa disputa, ganhou destaque um grupo que mais tarde passaria a ser conhecido de geração de 1907. Era formado principalmente por estudantes da Faculdade de Direito. Entre eles estava Getúlio Vargas. Com a rede de compromissos políticos que o sustentaria no poder recomposta, Borges voltou a concorrer em 1912, assumindo no ano seguinte seu terceiro mandato como presidente do estado. Se os dois primeiros mandatos foram caracterizados ainda pela organização administrativa do estado, o terceiro e o quarto trazem as marcas da infraestrutura: plano de viação, encampação de serviços de barra e porto de Rio Grande e também da Viação Férrea, construção do porto da capital gaúcha. O quarto mandato, a partir de 1918, foi marcado pela crise econômica. O governo estava com o caixa raspado em razão dos investimentos. Os estancieiros estavam falidos e arrastaram consigo o Banco Pelotense. Pediam socorro para arrolar suas dívidas, mas Borges não agiu junto ao governo federal, como desejavam. Mesmo assim, conseguiu ser eleito em 1922 para o quinto mandato, em uma disputa acirrada contra Assis Brasil, que representava a oposição formada por federalistas, liberais e até estancieiros republicanos dissidentes. No dia de sua posse, em 25 de janeiro de 1923, começou uma revolução, a última na qual gaúchos</p>

	lutaram contra gaúchos. Ao final daquele ano, um tratado de paz instituía o fim da reeleição no estado. Seria o quinto e último mandato de Borges de Medeiros no recém inaugurado Palácio Piratini.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
LOC 1	A saída de Borges do poder colocava fim a um período de 30 anos que a historiadora Loiva Otero Félix denominou de borgismo ao analisar como essa força se estruturou juntamente com o coronelismo e a cooptação política. Não foi sem estratégia que Borges ficou tanto tempo no comando do Rio Grande do Sul. A partir dos amplos poderes formais garantidos na constituição de 1891, o borgismo teceu uma rede de apoios nos municípios que lhe garantiram a manutenção no poder. O escolhido por Borges para sucedê-lo representa justamente essa teia de relações. Getúlio Vargas era parte de uma família republicana de São Borja. Deputado, era ministro da Fazenda quando foi indicado para concorrer. Mas Getúlio não simbolizava a continuidade política de Castilhos e Borges. Representava uma nova geração, com outros princípios. Não era o preferido de Borges, mas, estrategicamente, era a melhor opção para pavimentar boas relações com o governo federal e afastar o risco de uma intervenção no Rio Grande do Sul, clamada pela oposição desde a revolução de 1923.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
LOC 1	A partir de 1928, fora da cadeira de presidente do estado, Borges seguiu chefe do PRR e foi viver na fazenda do Irapuãzinho, cuidando também das atividades de estancieiro. Para falar com o líder, era preciso pegar um trem em Porto Alegre e seguir até Cachoeira do Sul. De lá, mais 80 quilômetros de estrada esburacada. Mas não eram poucos que faziam esse caminho para levar ao chefe as notícias da capital e, principalmente, trazer do Irapuãzinho suas determinações. Assim, se estruturou uma tensão. Borges procurou manter sua influência administrativa e a hegemonia no PRR enquanto Getúlio precisava viabilizar sua autonomia política. Segundo o historiador Luiz Alberto Grijó, se estabeleceu um modus vivendi entre os dois líderes, com cada um medindo até onde poderia avançar. E assim Borges de Medeiros chega a um momento que vai representar uma grande mudança em sua trajetória política.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)
LOC 1	No próximo episódio, vou contar como Borges de Medeiros se envolveu na revolução de 1930 e, depois, rompeu com Getúlio Vargas, pegando em armas contra o antigo aliado no movimento constitucionalista de 1932. E como isso tudo levou o líder gaúcho até o Recife, onde publicou o livro O Poder Moderador na República Presidencial.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)
LOC 1	Este episódio teve como fontes o próprio livro de Borges de Medeiros, o Poder Moderador na República Presidencial, o artigo escrito pelo jurista Paulo Brossard sobre essa obra e que está na edição publicada

	pela Assembleia Legislativa em 2002 e pesquisas dos historiadores Carlos Gilberto Pereira Dias, Gunter Axt, Loiva Otero Félix, Luiz Alberto Grijó, Paula Vanessa Paz Ribeiro, Sandra Jatahy Pesavento, Sérgio da Costa Franco e Suzana Garcia de Rezende. Este podcast integra o trabalho de conclusão do curso de bacharelado em História de seu autor, Leandro José Brixius, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com orientação da professora Cássia Daiane Macedo da Silveira.
--	---

Episódio 2 – Getúlio na presidência, Borges na oposição

HINO DO RS	DI: “Como aurora precursora... DF: “... o precursor da liberdade.”
LOC 1 BG: tiros, combate BG: pássaro, vento BG: patas de cavalos, tiros, gritos, combate Efeito sonoro	20 de setembro não é um dia qualquer no calendário do Rio Grande do Sul. É feriado estadual, o dia do gaúcho. Em 1835, no dia 20 de setembro, os farrapos invadiram Porto Alegre pela ponte da Azenha. Esse combate marcou o início da Guerra dos Farrapos, quando os estancieiros e charqueadores do estado pegaram em armas contra o poder imperial brasileiro. Pois foi justamente nesse dia, só que em 1932, que Borges de Medeiros caiu preso. E em um município também simbólico para os gaúchos: Piratini, a primeira das capitais da República Rio-Grandense, proclamada pelos farrapos. Na manhã daquela terça-feira, o ex-presidente do Rio Grande do Sul mateava sob um capão enquanto a carne assava. Estavam com ele Batista Luzardo, com quem fugira de Porto Alegre há pouco mais de um mês, e cerca de 200 homens. A ideia era partir logo em seguida para a sede de Piratini e seguir na luta pela adesão dos gaúchos ao movimento constitucionalista, liderado pelos paulistas em oposição ao governo provisório de Getúlio Vargas. Ao longe, no alto de uma coxilha, uma grande nuvem de poeira denunciou a aproximação do inimigo, que devia superar em três vezes o contingente de Borges. Luzardo teria dito ao ex-presidente que era preciso sair dali, mas o velho político se viu sem saída e resolveu ficar. Luzardo e alguns companheiros conseguiram escapar. Houve uma tímida reação, alguns tiros, inclusive com baixas na tropa da Brigada Militar. Mas cercados, o chefe republicano e seus homens foram obrigados a se render. O todo-poderoso que governara o Rio Grande do Sul por um quarto de século caía preso. “O que de mais importante ocorreu neste dia foi o combate no município de Piratini, no Rio Grande do Sul, em que foram batidas as forças rebeldes dirigidas pelo dr. Borges de Medeiros, e este, feito prisioneiro”. Assim escreveu Getúlio Vargas em seu diário sobre o episódio. A pena imposta ao rebelde Borges de Medeiros foi viver no Recife, onde escreveu O Poder Moderador na República Presidencial.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)

LOC 1	Este é o podcast Quando Borges de Medeiros mudou de opinião . Meu nome é Leandro Brixius, sou aluno do curso de bacharelado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e passei os últimos meses pesquisando sobre a trajetória de Borges de Medeiros nos anos 1930, especialmente o livro que ele escreveu. Vou contar o que ele publicou em O Poder Moderador na República Presidencial, porque esse foi um texto relevante na sua época, como foi recebido pelo público e, principalmente, como marcou a história desse personagem que dominou a política gaúcha por tanto tempo.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
LOC 1	No primeiro episódio deste podcast, apresentei um resumo da trajetória política do ex-presidente do Rio Grande do Sul, como eram chamados os governadores na época, Borges de Medeiros. Agora, vou contar o que aconteceu depois que o chefe do Partido Republicano Riograndense, o PRR, saiu do governo do estado e como se tornou inimigo de Getúlio Vargas, justamente quem ele havia escolhido para lhe suceder no Palácio Piratini. Fora do poder, Borges passou a viver na estância do Irapuãzinho, propriedade da família no interior de Cachoeira do Sul. Era para lá que acorriam os correligionários em busca da orientação do chefe político. No governo, Getúlio Vargas assumia cada vez mais seu protagonista e trazia questões nacionais para o seu dia a dia, diferentemente do que seu antecessor sempre fizera. João Neves da Fontoura, vice-presidente do estado, assumiu em 1929 uma das cadeiras de deputado federal da bancada gaúcha - na época, era possível acumular os cargos. Fontoura, que integrara a geração de 1907 ao lado de Getúlio, vai fazer um exercício de equilibrista na capital federal: ficar entre as orientações do chefe do partido, Borges, e do chefe o governo estadual, Getúlio. O clima era de efervescência pré-eleitoral pela definição de quem iria concorrer na sucessão do presidente Washington Luis. No ano seguinte, o paulista que sucedeu a um mineiro dentro da rotação de presidentes representantes de São Paulo e Minas Gerais que marcou a Primeira República deixaria o cargo. Mas no processo sucessório, Washington Luis cometeu um erro de cálculo, indicando outro paulista, Julio Prestes. O acordo se rompeu. Os mineiros, antes mesmo da confirmação da escolha do presidente, já articulavam a sucessão e, para isso, buscaram apoio dos gaúchos. A ideia era formar uma aliança, lançando um nome fora do tradicional eixo do Sudeste. Fontoura liderava as negociações pelo lado dos gaúchos, em contato direto com os principais líderes do PRR em Porto Alegre. Menos Borges de Medeiros. O chefe era mantido à parte. Segundo Fontoura escreveu em suas memórias, Borges era fiel aos preceitos de Julio de Castilhos de não atuação, por conta própria, para assumir o poder federal.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
LOC 1	Havia dois nomes na mesa de negociação entre gaúchos e mineiros para liderar a candidatura oposicionista ao Palácio do Catete: Borges de Medeiros, que, oficialmente, nem sabia o que se passava, e Getúlio

Efeito sonoro	<p>Vargas, que resistia em ter seu nome indicado. Ao ser informado oficialmente do que ocorria, Borges exigiu que ficasse claro que a iniciativa partira dos mineiros e que se realizasse uma convenção entre os partidos estaduais. Em uma mensagem enviada do Irapuãzinho a Getúlio, afastou a possibilidade de concorrer e afirmou que seu destinatário deveria assumir a candidatura, por “corresponder às simpatias e desejos da Nação”. “Avelhantado e cansado, só aspiro servir a nossa terra na medida das forças que me restam e sem nenhuma responsabilidade oficial”, escreveu Borges. Foi formada oficialmente a Aliança Liberal, com Getúlio Vargas concorrendo a presidente da República e João Pessoa, representando o Nordeste, a vice-presidente. Na campanha, defenderam propostas reformistas, especialmente vinculadas a temas trabalhistas. Mas a máquina do governo federal foi mais forte e Julio Prestes foi eleito em 1930, com as tradicionais acusações de fraude que marcavam os pleitos da época. Já durante a campanha, fala-se em um movimento armado de resistência, que ganhou força com a Frente Única, inédita união das forças políticas do Rio Grande do Sul. A conspiração corria pelos bastidores, com a compra de armas e aliciamento de militares das forças armadas. Mas em entrevista ao jornal A Noite, do Rio de Janeiro, Borges assegurou que os gaúchos aceitavam o resultado eleitoral. Ao tomar essa posição, Borges foi, mais uma vez, mantido à parte do movimento, pelo menos oficialmente, e só viria a ser integrado aos rebeldes quando não fosse mais possível retroceder. O credo castilhistas não aceitava ações em favor da ilegalidade e tinha a ordem por base. Mas Borges tinha dado a si mesmo a tarefa de manter o PRR unido e não apoiar o movimento significaria a implosão do partido. Não havia escolha. Mas também não se pode dizer que Getúlio Vargas estava decidido pelo movimento armado. Era um impasse que só seria resolvido quando os dois líderes dessem o ok. Em 3 de outubro, foi deflagrada a revolução. Um comboio de trem levava Getúlio e seus combatentes em direção ao Rio de Janeiro. Em 24 de outubro, Washington Luis foi deposto. Sete dias depois, o novo presidente entrou, de maneira triunfal, na capital federal e assumiu sua cadeira no Catete, liderando o que deveria ser um governo provisório até a realização de novas eleições. A constituição federal deixou de vigorar. Interventores foram nomeados nos estados. A chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República consolidou sua liderança em substituição a Borges de Medeiros, encerrando o modus vivendi instituído entre ambos desde o processo de troca do governo gaúcho.</p>
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
LOC 1	<p>No entanto, a retomada da normalidade constitucional não aconteceu como prometido. Os dois primeiros anos do governo provisório foram marcados pela instabilidade política. Não havia unidade no grupo político que chegou ao Palácio do Catete. O golpe contra Washington Luis impediu a posse do paulista Julio Prestes, mas a oligarquia local ainda dava as cartas no estado. Para eles, Getúlio era um ditador e usurpador. Ao lado dos paulistas, Borges de Medeiros cobrava a reconstitucionalização do país. Lideranças gaúchas também vão,</p>

<p>Efeito sonoro</p> <p>Efeito sonoro</p>	<p>pouco a pouco, afastando-se de seus cargos no governo. Essa crise era um dos principais temas das anotações de Getúlio em seu diário, onde expressava seu descontentamento com o antigo chefe e também seus correligionários. As falas de Borges ganhavam manchetes nos jornais da capital federal. “O senhor Borges de Medeiros acaba de declarar que o Rio Grande se bate por princípios e não em torno de pessoas”, escreveu no alto de sua capa o jornal Diário de Notícias. Após meses de tensão, eclode em 9 de julho de 1932 a chamada Revolução Constitucionalista em São Paulo. O movimento armado acabou deflagrado pelos paulistas antes que seus aliados gaúchos e mineiros tivessem tempo de organizar a ação militar. No Rio Grande do Sul, Borges esperava contar com o apoio do interventor Flores da Cunha e das forças da Brigada Militar. Mas Flores ficou ao lado de Getúlio. Borges ficou impossibilitado de entregar o apoio prometido aos paulistas. Manteve-se firme nesse compromisso, mas com um pequeno grupo de aliados. Foi assim que se lançou pelas coxilhas do Rio Grande depois de deixar Porto Alegre escondido em uma embarcação. Até o 20 de setembro, quando foi preso em Piratini. Anos mais tarde, em uma entrevista ao jornal A Noite, foi perguntado sobre o motivo pelo qual pegou em armas em 1932, em um movimento que chegou a ser definido até mesmo como quixotesco. Respondeu que havia dois motivos: “Primeiro, porque me pareceu necessário um protesto armado contra a ditadura, que ameaçava perpetuar-se; segundo, porque nós, da Frente Unica Riograndense, estávamos comprometidos a apoiar materialmente a revolução paulista”.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>LOC</p> <p>Efeito sonoro</p>	<p>Poucos dias após a prisão de Borges, os rebeldes de São Paulo depuseram as armas, encerrando a Revolução Constitucionalista. A maioria dos gaúchos que se opuseram ao governo federal havia partido para o exílio. O chefe do PRR seguia preso. Seu destino era um problema para Getúlio, que tratava do assunto em anotações no seu diário. Por onde passava enquanto era levado do interior gaúcho até a capital federal, Borges era saudado. Notícias em jornais do Rio relatavam até mesmo as manifestações de apoio à dona Carlinda, que se dirigia ao encontro do marido para seguir com ele. Primeiro, a intenção era manter Borges detido em Santa Catarina, depois foi acordado que seguiria para a ilha do Rijo, uma área militar na Baía da Guanabara, onde ficaria detido juntamente com outros líder da revolução, o ex-presidente Artur Bernardes e Pedro Toledo. “Bernardes e Borges, dois homens que fundamentalmente se hostilizaram e se prestaram depois mútuo apoio, dois temperamentos afins de dominadores decaídos e não conformados, vão afinal conhecer-se... na mesma prisão. Devem aí dialogar sobre a precariedade das grandezas humanas”, escreveu Getúlio. A chegada de Borges no Rio de Janeiro mobilizou políticos e a imprensa, como registrou o jornal A Noite. Em 28 de setembro, o desembarque de Borges era destaque na capa. Em 15 de outubro, com três grandes fotos, recurso ainda raro na época, a manchete anunciava: “A NOITE</p>

Efeito sonoro	avista-se, na ilha do Rijo, com os Srs. Borges de Medeiros, Arthur Bernardes e Pedro Toledo".
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
LOC	Encerrado o conflito armado, o governo federal debatia as punições que seriam impostas aos líderes do movimento, especialmente os políticos, que seriam exilados. No caso de Borges de Medeiros, houve uma mobilização, especialmente de Flores de Cunha, para que tivesse destino diverso, sendo poupado do exílio. Alegava que haveria comoção no Rio Grande do Sul. Já outros líderes revolucionários clamavam pela deportação. Era uma saia justa para Getúlio. No governo, havia o temor de que a ida de Borges para o exílio facilitaria a reorganização dos opositores, com risco de nova revolta armada. Por fim, o chefe do PRR teve tratamento diferenciado e acabou indo viver no Recife, no Brasil, mas afastado de todos os demais aliados. Voltava assim à cidade na qual finalizou a faculdade de direito e onde nasceu seu pai. O jornal A Noite publicou em 30 de dezembro de 1932, com grande destaque na capa e foto do embarque: "Seguiu para Recife, onde o Governo lhe fixou residência, o Sr. Borges de Medeiros". Na chegada, em 7 de janeiro, Borges foi recebido pelo interventor de Pernambuco. A imprensa publicou fotos e descrevia até mesmo a roupa do gaúcho, ressaltando que havia grande número de pessoas acompanhando o desembarque. Dois dias depois, a capa de A Noite exibia, com destaque: "O exílio do Sr. Borges de Medeiros - Impressões da chegada a Recife e as suas primeiras declarações à imprensa pernambucana". O correspondente começa assim seu texto: "A chegada do Sr. Borges de Medeiros a Recife foi, sem dúvida, um acontecimento. Desde cedo que se agitaram jornalistas e políticos. O 'Comandante Ripper' foi aguardado por numerosas pessoas, que correram ao cais na esperança de ver, pelo menos de ver, o chefe político riograndense. Isso, apesar da hora matinal em que chegou o vapor". Ao Diário de Pernambuco, o ex-presidente do Rio Grande do Sul descreveu assim suas primeiras impressões da cidade: "Nos dias de provação política por que estou passando, bendigo a hora em que foi designada esta cidade para o meu último desterro, ao que parece. Corre-me nas veias um pouco do sangue pernambucano; aqui vim buscar em 1885 a láurea que devia premiar o meu esforço acadêmico, hoje aqui venho abrigar-me ao seio generoso e amigo desta população, tão rica de tradições gloriosas". Pouco mais de um mês após a chegada ao Recife, Borges envia ao genro, Sinval Saldanha, que também era político, os rascunhos do que viria ser seu anteprojeto constitucional, publicado no livro O Poder Moderador na República Presidencial.
Efeito Sonoro	
Efeito Sonoro	
Efeito sonoro	
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)
LOC	No próximo episódio, vou apresentar o que foi que Borges de Medeiros escreveu em seu livro. Também vou explicar quais eram as propostas dele para a estrutura do governo e como funcionaria o Poder Moderador. E vou trazer, ainda, as influências no texto do chefe político gaúcho.
TRILHA	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)

MUSICAL	
	<p>Este episódio teve como fontes o próprio livro de Borges de Medeiros, o Poder Moderador na República Presidencial, o artigo escrito pelo jurista Paulo Brossard sobre essa obra e que está na edição publicada pela Assembleia Legislativa em 2002 e pesquisas dos historiadores Carlos Gilberto Pereira Dias, Gunter Axt, Loiva Otero Félix, Luiz Alberto Grijó, Paula Vanessa Paz Ribeiro, Sandra Jatahy Pesavento, Sérgio da Costa Franco e Suzana Garcia de Rezende. Também foram consultados os diários de Getúlio Vargas e jornais da época que estão no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Este podcast integra o trabalho de conclusão do curso de bacharelado em História de seu autor, Leandro José Brixius, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com orientação da professora Cássia Daiane Macedo da Silveira. Quer saber mais sobre personagens e acontecimentos históricos citados neste episódio ou ver reproduções dos jornais da época? É só acessar sites.google.com/view/podcastborges.</p>

Episódio 3 – As inovações de Borges de Medeiros

TRILHA MUSICAL	O Guarani, de Carlos Gomes. Trecho inicial.
LOC 1 BG – O Guarani	<p>“Capítulo Dois. O poder moderador. Artigo 82. O poder moderador é delegado preventivamente ao presidente da República. O presidente é o supremo magistrado da Nação, e o seu primeiro representante, a quem incumbe incessantemente velar sobre os destinos da República e sobre a conservação, equilíbrio e independência dos demais poderes políticos, assim como sobre a inviolabilidade dos direitos fundamentais.”</p> <p>“Capítulo quatro. O poder executivo. Artigo 109. O poder executivo é delegado a um conselho de ministros, nomeados pelo presidente da República, com a aprovação da Assembleia Nacional, ou da sua comissão permanente.”</p> <p>Esses dois trechos foram extraídos do anteprojeto constitucional escrito por Borges de Medeiros e publicado em 1933. O primeiro traz a principal inovação apresentada pelo político gaúcho: a criação de um novo poder, o Moderador, que iria operar ao lado dos tradicionais Executivo, Legislativo e Judiciário. A outra novidade é quem exerceria o poder executivo. No lugar do presidente da República que estamos acostumados, haveria um conselho de ministros que seriam aprovados pelos deputados. Pode parecer revolucionário demais, mas, tempos de revolução exigem soluções revolucionárias, justificaria o próprio Borges sobre suas propostas.</p>
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)
	Este é o podcast Quando Borges de Medeiros mudou de opinião . Meu nome é Leandro Brixius, sou aluno do curso de bacharelado em

	<p>História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e passei os últimos meses pesquisando sobre a trajetória de Borges de Medeiros nos anos 1930, especialmente o livro que ele escreveu. Vou contar o que ele publicou em O Poder Moderador na República Presidencial, porque esse foi um texto relevante na sua época, como foi recebido pelo público e, principalmente, como marcou a história desse personagem que dominou a política gaúcha por tanto tempo.</p>
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
	<p>Borges de Medeiros não escreveu apenas os capítulos, artigos e parágrafos que compõem qualquer projeto de lei. Sabendo que sua proposta de retirar do presidente da República o comando do Poder Executivo seria polêmica, ele achou por bem explicar suas razões e inspirações. Para isso, dedicou páginas e páginas a justificar e, principalmente, contextualizar seu texto para a nova Constituição brasileira. Assim, nasceu o livro O Poder Moderador na República Presidencial. Mais do que apenas um anteprojeto legislativo, é a expressão do pensamento de um dos principais políticos de seu tempo. Neste episódio, será possível conhecer o pensamento de Borges. Infelizmente, não são áudios do nosso próprio personagem, mas lerei trechos do que ele escreveu. Algumas passagens podem ser um pouco longas e, por isso, já peço desculpas pelo esforço para prestar atenção em frases rebuscadas e cheias de curvas, feitas para ler e não para ouvir.</p>
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
Efeito Sonoro	<p>O primeiro capítulo do livro chama-se justamente Advertência. Em 11 parágrafos, Borges de Medeiros fala sobre os motivos que o levaram a elaborar um anteprojeto constitucional. O texto começa assim: “A mim mesmo e à natural curiosidade dos que não se satisfizerem com a simples leitura do contexto e de seus motivos, importa dizer por que e para que abalancei-me a uma empresa tão árdua como a da redação de um anteprojeto de Constituição para a Nova República, que os homens da Revolução de 1930 estão obrigados a edificar com os escombros do regime que fizeram ruir, ao cabo de 40 anos de sua existência, decorrida em meio às alternativas de maus e bons governos”. Ou seja, Borges iniciou reconhecendo que sua obra provocaria curiosidade e colocando uma missão à turma que derrubou a Primeira República, da qual fez parte. E prosseguiu em seu livro dizendo que ele mesmo se colocou a tarefa de escrever, no limite das suas capacidades, um programa constitucionalista para a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. No segundo episódio deste podcast eu contei como foi que Borges se envolveu na Revolução de 1930, que levou seu então aliado Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Também mostrei como foi que eles romperam e o embate que tiveram pela retomada da normalidade constitucional no país após a tomada do poder. E descrevi o envolvimento de Borges com os paulistas para derrubar Getúlio do poder, narrando como foi sua prisão e a viagem até Recife, onde ficou em um tipo de exílio e publicou esse projeto de Constituição. É nesse contexto que o gaúcho iria rever suas crenças. “Era mister rever agora</p>

<p>Efeito sonoro</p> <p>Efeito sonoro</p>	<p>cuidadosamente o velho programa republicano, que se identificara com os regimes vigorantes, até 1930, na União e no Estado”. Ou seja, Borges levava adiante, não mais pelas armas, mas pela pena, seu compromisso pela reconstitucionalização do país. Seu grande objetivo era evitar a perpetuação de uma ditadura. E, para isso, pensava ser necessário esvaziar o poder concentrado nas mãos do presidente, o que avaliava ser excessivo e um risco. Para apagar o passado, Borges propôs olhar para experiências e debates contemporâneos. E escreveu: “Facilmente se lóbrigará a mais no projeto, uma parte realmente subjetiva e original, filha legítima de antigas meditações e de concepções amadurecidas”. Esse trecho mostra que ideia de instituir mais um poder, o moderador, não veio a sua mente de uma hora para outra, mas já fazia parte há tempos de suas reflexões.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>Efeito Sonoro</p> <p>Efeito sonoro</p>	<p>É no capítulo seguinte, chamado de Introdução, que Borges aborda quais foram suas influências, os autores e as constituições de outras nações que consultou. Logo de saída, escreveu: “Uma verdadeira Constituição é a que logra plasmar com fidelidade a que se vem elaborando, lenta e confusamente, nos espíritos, sentimentos e crenças do povo. Ela não deve ser a improvisação do idealismo e da razão pura”. A lei precisa refletir os anseios de cada povo, ensinou, mas só um político é que pode transformar na substância constitucional tudo o que sobrevive na tradição histórica e nas realidades sociais. Borges não negou a política, é nela que encontrava o motor para a organização social. E por isso criticou a atuação de apenas um partido ou a predominância de uma agremiação: “Onde houver um único partido, ou havendo dois ou mais, um só lograr o predomínio absoluto, não se pode duvidar que o Estado há de ser o que ele quiser que seja. A vontade e a ideologia de cada um deles, não sofrendo contrastes nem limitações, irão ditar normas e resoluções às assembleias que elegerem e fizerem à própria imagem”. Sim, é exatamente o que você ouviu: Borges, chefe político do Partido Republicano Rio-grandense, que dominou o Rio Grande do Sul por 40 anos, afirmou que a supremacia de uma única força política não é positiva, exaltando os contrastes e limitações impostos pela oposição.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>Efeito Sonoro</p> <p>Efeito sonoro</p>	<p>O jurista russo Mirkine Guetzévitch, que fez carreira na França e foi referência em Direito Constitucional, foi o principal interlocutor teórico de Borges. Sobre isso, escreveu: “À luz desses ensinamentos da ciência e da história, e sob a inspiração das tradições nacionais e dos ideais da revolução triunfante de 1930, busquei seguir os melhores roteiros da legislação comparada, cujas normas tive o cuidado de adaptar convenientemente à psicologia e à índole do povo brasileiro”. Sobre o que o Brasil desejava, foi certo, sem margem para dúvidas: “quer um Estado livre e democrático, e não foi para outro fim que revoltou-se contra os abusos do poder pessoal e as mistificações da mentira eleitoral. O ideal compatível com a nossa civilização é o do</p>

	Estado de Direito, cujo princípio teológico é a democracia juridicamente organizada”.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
Efeito Sonoro	A defesa do modelo federativo foi enfática na proposta de Borges, traçando paralelo entre a experiência dos Estados Unidos e a dos países da América Latina. Tendo governado por quase todo o período da República, Borges dedicou longa atenção a esse debate, ampliando em seu anteprojeto a atuação dos estados em comparação com a União. Ao buscar um modelo adequado às características políticas brasileiras, introduziu sua inovação: “Se o regime parlamentar não mais convém ao Brasil, que o aboliu com o advento da República, também não me parece que se deva manter o regime presidencial no molde que lhe traçara a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. A esse respeito está formada a opinião geral de que é necessária uma reforma constitucional, que ponha termo aos erros e males cometidos, durante quase meio século de vida republicana”. Para Borges, o Brasil fizera uma reprodução do modelo presidencialista dos países do continente americano, sem realizar uma análise crítica. Para dar suporte à sua tese reformista do presidencialismo, citou diversos fatos da formação republicana do Brasil. A supremacia do Executivo sobre o Legislativo e a intervenção da União nos temas estaduais levavam à indisciplina e às revoltas. Vou ler agora uma longa citação de Borges, mas que explica muito bem os fundamentos de sua proposta constitucional: “O nosso elemento histórico é, pois, adverso ao presidencialismo puro do modelo americano. Será então forçoso abandoná-lo e voltar ao parlamentarismo? Não. O regime parlamentar, que a experiência do passado condenara, seria a preponderância do poder legislativo sobre o executivo, com a ordem dos fatores com o mesmo resultado negativo, porquanto perduraria o mal resultante do desarranjo no mecanismo político. Que é, nesse caso, o que mais pode nos servir e convir? O próprio presidencialismo, contanto que temperado pela mescla de elementos do parlamentarismo, e tendo por base uma nova divisão dos poderes. É o regime mixto, afinal”. Borges queria afastar o governo dos partidos políticos. “Em nossa concepção, o rol do presidente consistirá em presidir a República, como seu primeiro magistrado, e não como o seu primeiro líder político. Fora da atmosfera dos partidos e posto na posição de livrar-se de qualquer influxo dos interesses e paixões do mundo político, há de ele reunir os predicados e requisitos que fazem o verdadeiro magistrado. A sua independência deverá ser real e insuspeitável, e a sua autoridade bastante forte para que se imponha sem contraste. Cérebro do Estado, competir-lhe-á regular, coordenar e moderar a ação dos outros poderes públicos, assegurando-lhes a harmonia, entre si, e o livre-exercício de cada um, dentro dos limites constitucionais. Não se lhe concederá mais o poder executivo, que é apenas um ramo do poder público. Se ele continuasse a exercê-lo, seria fatal a reincidência crônica nos males a que se propôs sanar a Revolução de 1930. Outras, porém, hão de ser as suas faculdades, e outro o poder que elas devem conferir-lhe. Separado dos poderes
Efeito Sonoro	
Efeito Sonoro	

	executivo, legislativo e judiciário, ele constituirá o quarto poder do Estado, o poder moderador da República”.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
Efeito Sonoro	O texto constitucional de Borges de Medeiros não trazia inovações apenas no campo da organização do estado brasileiro. Ele tratou até mesmo da família. "A família é uma sociedade natural, e uma instituição anterior ao Estado e à própria sociedade. Até aqui, o direito só lhe reconhecia a influência na ordem moral e civil, mas a nova tendência é no sentido de conferir-lhe também uma função política em certas atividades do Estado". Para isso, propôs conselhos representativos da família brasileira a serem conduzidos pelas mulheres. “Conceda-se à mulher a prerrogativa de eleger esses conselhos e deles fazer parte, e certamente ser-lhe-á conferido um rol mais nobre e importante que o da sua intromissão nas querelas partidárias e nas agitações eleitorais”. Esses conselhos familiares teriam a competência de legislar sobre educação, higiene, beneficência e assistência social. Ao lado da mãe de família deveria estar a professora para dar assistência técnica. Ou seja, Borges dava um certo protagonismo às mulheres, mas restrito aos assuntos do lar, o seu lugar nativo. Elas que não insistissem em se meter no ambiente dos partidos. O ponto seguinte tratava das associações, trazendo à discussão o papel de instituições que defendem interesses de grupos específicos nos negócios públicos, como federações, uniões ou fundações. Para regulamentar a atuação desses órgãos corporativos, sugeriu a transformação do Senado em um senado corporativo, cujas atribuições seriam dadas por uma lei futura.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
Efeito Sonoro	O Poder Moderador seria, para Borges, o centro da harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário, mediador das ações de cada um. Na relação com o Legislativo, teria o poder de vetar projetos de lei inconstitucionais ou contrários aos interesses da nação, assim como propor legislações aos parlamentares. Quanto ao Judiciário, nomearia magistrados federais e concederia indultos e comutações de penas. A possibilidade de intervenção nos Estados ainda existiria, mas exigiria mais quesitos para ser posta em prática. A eleição para presidente seria direta, com direito à reeleição. Eleito, o presidente comandaria o Poder Moderador, e não o Executivo, como estamos acostumados. Para evitar o surgimento de um governo ditatorial, a chefia do Executivo seria, então, delegada a um conselho de ministros. A escolha desses ministros se daria por indicação do presidente, mas dependeria da aprovação do Legislativo. “Este requisito visa preestabelecer a formal concordância, que deve existir, entre a orientação política do governo e a da maioria parlamentar, prevenindo funestas divergências, cuja consequência seria a luta, a desordem, a esterilidade governativa”. Após empossado, esse ministério se tornaria indemissível tanto pelo presidente quanto pela Assembleia, salvo exceções. Borges ressaltou que essa era uma regra nova, que não encontrava parâmetro nas constituições europeias e americanas. Sua intenção era evitar a constante troca de ministros,

Efeito sonoro	observada nos regimes parlamentaristas. A destituição do presidente se daria somente após realização de um plebiscito. Outra inovação da proposta é não previsão de estado de sítio, definido por Borges como incompatível com o Estado livre, uma vez que sua adoção, ao suspender a Constituição, implicava na suspensão dos direitos civis e na instalação de ditaduras. “Em suma, o estado de sítio ou é sempre inútil, ou é extremamente perigoso”.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
	Sobre a propriedade, Borges ressaltou que se tratava de um direito individual e subjetivo, mas também uma função social, subordinada às normas e restrições que o Estado definisse em nome do interesse público. O artigo 38 definia: “A propriedade é um direito individual e uma função social”. Ao tratar da economia nacional, determinava o seguinte, no artigo 44: “Toda a riqueza, qualquer que seja o seu dono, está subordinada aos interesses da economia nacional”. Também trazia a instituição do parcelamento forçado do solo, regulamentando a intervenção do Estado nas atividades privadas. Ou seja, mesmo que indicasse seu caráter liberal, o texto de Borges dava poderes de intervenção ao Estado.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)
	Como você sabe, esse projeto de Borges de Medeiros não foi adiante e o Brasil não teve um Poder Moderador no período republicano, ficando restrito à experiência do Império. Talvez fosse inovador demais para a época, talvez seu autor e seus aliados não tivessem a força necessária para conseguir sua aprovação. Mas mesmo assim essa proposta mobilizou debates na assembleia que elaborou a Constituição brasileira de 1934. No próximo episódio, o último deste podcast, vou resgatar reportagens de jornais da época para mostrar como o anteprojeto repercutiu na sociedade e o que se falou sobre ele. E também vou contar como foram os últimos anos de vida do chefe republicano gaúcho.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)
	Este episódio teve como fonte o livro de Borges de Medeiros, o Poder Moderador na República Presidencial. Este podcast integra o trabalho de conclusão do curso de bacharelado em História de seu autor, Leandro José Brixius, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com orientação da professora Cássia Daiane Macedo da Silveira. Quer saber mais sobre personagens e acontecimentos históricos citados neste episódio ou ver reproduções dos jornais da época? É só acessar sites.google.com/view/podcastborges .

Episódio 4 – Borges de Medeiros nas manchetes dos jornais

<p>LOC 1 BG: máquina de escrever</p>	<p>“Trata-se de um trabalho longo, em que o Sr. Borges de Medeiros enfeixa muitas inovações e não poucas concepções originais e que ainda revelam a radical transformação de seus pontos de vista de mais de quarenta anos. Assim é que, mantendo-se fiel ao regime presidencial, o antigo presidente do Rio Grande do Sul faz largas concessões ao parlamentarismo. Para os círculos políticos, as concessões que o senhor Borges de Medeiros faz aos seus adversários de quase meio século, os parlamentaristas, cedendo a uma corrente de opinião que todos os dias ganha terreno, é, aliás, novidade deveras interessante. Mas as inovações e as concepções originais que o projeto denuncia são muitas e algumas hão de produzir verdadeira sensação.”</p> <p>Foi com esse ar de novidade e surpresa que o anteprojeto constitucional escrito por Borges de Medeiros apareceu na capa do jornal carioca A Noite na edição de 16 de março de 1933. A criação de um Poder Moderador para abrigar o presidente da República e a concessão do Poder Executivo a um grupo de ministros aprovados pelo Poder Legislativo surpreendeu a todos. Simbolizava, como afirmou o jornal, uma concessão às proposições das correntes políticas que Borges sempre combatera. O gaúcho representava o poder centralizado, fruto da constituição escrita por seu mentor, Julio de Castilhos. Governara o Rio Grande do Sul com o controle quase que absoluto, relegando à Assembleia Legislativa somente o acompanhamento do orçamento. Assim, mais do que se justificativa o espanto e, por isso, a Constituição proposta por Borges de Medeiros para o Brasil se tornou um dos principais temas em debate nos meios políticos e na imprensa do país naquele início de 1933.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130 (vai a BG)</p>
<p>LOC 1</p>	<p>Este é o podcast Quando Borges de Medeiros mudou de opinião. Meu nome é Leandro Brixius, sou aluno do curso de bacharelado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e passei os últimos meses pesquisando sobre a trajetória de Borges de Medeiros nos anos 1930, especialmente o livro que ele escreveu. Vou relatar o que ele publicou em O Poder Moderador na República Presidencial, porque esse foi um texto relevante na sua época, como foi recebido pelo público e, principalmente, como marcou a história desse personagem que dominou a política gaúcha por tanto tempo. Neste episódio, conto como foi a repercussão na época. Para isso, consulte o que foi publicado na imprensa. A pesquisa foi realizada, principalmente, em jornais que estão no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e está publicada no TCC que fiz para conclusão do curso de licenciatura em História, na UFRGS.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>LOC 1</p>	<p>A primeira referência ao anteprojeto constitucional do Borges de Medeiros aparece já em 1º de fevereiro de 1933, ou seja, menos de um mês após o desembarque do gaúcho no Recife, para onde havia sido</p>

<p>BG: máquina de escrever</p> <p>BG: máquina de escrever</p> <p>BG: máquina de escrever</p>	<p>enviado por Getúlio Vargas para uma espécie de exílio depois da participação na revolução de 1932. O Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, publicou a seguinte nota, sem muito destaque, citando uma publicação da véspera na imprensa de Porto Alegre: “O ‘Jornal da Manhã’ divulga, na íntegra, um projeto de Constituição de autoria do senhor Borges de Medeiros. Trata-se de interessante documento, até agora desconhecido no Estado”. Dois dias depois, há nova referência, desta vez na coluna “Política”, com o título “A Constituição do Sr. Borges de Medeiros”. O texto também é curto: “O ‘Jornal da Manhã’, de Porto Alegre, conforme telegrama da Agência Brasileira, publicou um projeto de Constituição elaborado pelo senhor. Borges de Medeiros. Com esse trabalho, o chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul contribui para o exame do problema constitucional, demonstrando que o exílio não o deixou inativo”. Borges havia chegado ao Recife em 7 de janeiro daquele ano e, por mais eficiente que fosse, não teria como escrever o projeto de uma Constituição e todas as páginas analíticas que compõem o livro O Poder Moderador na República Presidencial em tão poucos dias. Fica evidente que ele já vinha trabalhando nisso há algum tempo. Mas o fato de estar no exílio, ainda que em seu próprio país, é ressaltado nas publicações sobre esse assunto. O jornal A Noite, também do Rio, publicou uma nota no dia 4 de fevereiro com o seguinte título: “Os ócios do senhor Borges de Medeiros. O chefe gaúcho está elaborando um projeto de Constituição”. No dia 10 de março, o Diário de Notícias anunciava o envio do texto de Borges aos pampas. Abaixo do título “o senhor Borges de Medeiros parlamentarista”, o jornal publicou: “O velho chefe gaúcho não tem sofrido, como se vê, a doença do exílio, entregando-se a uma fecunda atividade intelectual. É que, embora de longe, o sr. Borges de Medeiros é um dos políticos mais vigilantes e argutos do Brasil. Enquanto o sr. Assis Brasil redige circulares confusionalistas aos seus correligionários, o chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul elaborou, logo, uma constituição. Assim, não será por fala de constituições que o Brasil deixará de ser uma democracia”. O diário carioca usou da ironia para alfinetar, em poucas linhas, o próprio Borges, por sua mudança de opinião, seu inimigo histórico, Assis Brasil, e seu novo inimigo, Getúlio Vargas, que resistia à reconstitucionalização. E quem diria que dentro de poucos meses o Brasil entraria em uma ditadura, a do Estado Novo, com uma nova constituição...</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>LOC 1</p>	<p>Até então tratado em pequenas notas, o projeto constitucional de Borges ganhou destaque na capa de A Noite em área nobre e com uma fotografia de seu autor em 16 de março. O texto publicado é justamente o que li na abertura deste episódio e tem o título “As concessões do Sr. Borges de Medeiros ao parlamentarismo”. No subtítulo diz: “Algumas das ideias e concepções originais do projeto de Constituição do velho chefe republicano”. O que fica evidente é que a mudança de pensamento de Borges surpreendeu a todos e que ele apresentou uma proposta inovadora e original. Em pouco tempo, o</p>

	<p>anteprojeto constitucional começaria, efetivamente, a circular e os jornais registravam apresentações do texto e pedidos de envio. Mas, por alguns meses, o assunto desapareceu dos jornais. Em 29 de agosto, voltou a aparecer em uma entrevista de Assis Brasil ao Diário de Notícias. Perguntado sobre o projeto apresentado por Borges, disse que havia lido o trabalho, mas não o assinaria porque havia muita coisa nele que não era aceita pelo seu espírito liberal. Mas iria propor um substitutivo na Assembleia Constituinte. Em 12 de novembro, o recém-empossado líder da bancada gaúcha na capital federal é questionado sobre o texto de Borges. Simões Lopes disse que ainda não havia tido tempo de ler, mas que iria estudá-lo. Os trabalhos da assembleia constituinte teriam início em 15 de novembro.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>BG: máquina de escrever</p> <p>BG: máquina de escrever</p> <p>BG: máquina de escrever</p>	<p>Quando a Assembleia Constituinte iniciava seus trabalhos, O Jornal, outro diário carioca, publicava toda a introdução do livro de Borges de Medeiros. Começava na capa e seguia por mais cinco páginas. Uma matéria assinada pelo correspondente de O Jornal no Recife começa assim: "Acaba de ser lançado, pelas livrarias desta capital, o esperado volume do sr. Borges de Medeiros "O Poder Moderador na República Presidencial". É invulgar o interesse suscitado, desde logo, pelo livro do velho e eminente prócer rio-grandense, que, assim, contribui, com os frutos de sua experiencia republicana e os elementos de sua ampla cultura política, para o debate dos problemas constitucionais atualmente em foco. O trabalho do antigo chefe do governo gaúcho abrange todo um plano de reconstrução das instituições nacionais, impressionando vivamente pelo vigor da sua exposição e pelo conhecimento exato que revela das mais modernas constituições do mundo". No dia seguinte, o mesmo jornal traz uma matéria sobre os anteprojetos apresentados para a Constituição. Além do de Borges, havia o da comissão oficial e outro do Almirante Silvado, um dos deputados constituintes. Sobre o texto do gaúcho, disse que "Precede-o uma introdução que revela estar esse político bem ao par das modernas correntes doutrinárias do direito público. É um trabalho sobre o qual terão de meditar os representantes do povo e das classes. O chefe, ou ex-chefe da política do Rio Grande, de há muito que se dedica aos estudos sociais, políticos e econômicos. Parece-me assim, que são estes dois últimos, os anteprojetos que a Constituinte levará a sério", referindo aos textos de Borges e do governo. O jornal Diário de Notícias também publicou trechos da introdução do livro de Borges, na edição de 14 de novembro. Quatro dias depois, relatou ter recebido a obra e destacou: "Trata-se, como é sabido, do anteprojeto de Constituição Brasileira e sua justificação, trabalho elaborado pelo velho político gaúcho no seu desterro de Recife, como contribuição sua à solução do problema da reconstitucionalização do país". Em O Jornal, o ex-presidente do Rio Grande do Norte José Augusto assinou um artigo no qual defendia a autoridade de Borges para propor um projeto constitucional: "Dentre quantos figuram no atual cenário político do país, nenhum homem público pode oferecer maior e melhor cabedal de experiência do que o senhor Borges de Medeiros, condutor</p>

<p>BG: máquina de escrever</p>	<p>dos destinos de um partido e administrador de um grande Estado por mais de 20 anos, parte muitas vezes decisiva no encaminhamento e solução das questões essenciais e vitais para os destinos da nacionalidade. Por isso mesmo não pode ser desprezado por quem deseja colaborar na estruturação do novo Estado brasileiro, com a preocupação de encontrar os caminhos mais seguros e retos, os alvites e sugestões de quem tais e tão altos títulos pode exibir". E prosseguiu: "Confesso a minha alegria por ver uma figura das responsabilidades do porte cívico e intelectual de Borges de Medeiros a renegar o presidencialismo, a que serviu por tanto tempo e cuja imprestabilidade para os povos latino-americanos está largamente demonstrada através de decênios de desastrosa e nefasta aplicação. Por isso é que me rejubilo ao verificar a nova orientação do senhor Borges de Medeiros, reveladora de sua autonomia mental, do seu espírito de adaptação ao mundo novo".</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>BG: máquina de escrever</p> <p>BG: máquina de escrever</p>	<p>Em nova entrevista ao Diário de Notícias, desta vez em 23 de novembro, Assis Brasil voltou a falar sobre o projeto de Borges, com uma opinião diferente daquela que expressara em 29 de agosto: "Li esse trabalho. É realmente muito interessante e digno de toda consideração, honrando as tradições do civismo do seu autor. Embora divirja em muitos pontos capitais da doutrina defendida pelo conhecido chefe republicano, de quem fui por muitos anos adversário político e até inimigo pessoal, não posso deixar de reconhecer nessa obra uma contribuição valiosa para o estudo dos nossos problemas. Só não posso concordar, é claro, com essa ideia reacionária de querer ressuscitar o passado, instituindo de novo o Poder Moderador, terminou, sorrindo, o velho chefe libertador", como escreveu o Diário de Notícias. Assis Brasil fazia referência ao Poder Moderador que existiu no Brasil no período do Império. Na véspera, a edição de O Jornal havia publicado a opinião de Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, sobre seu antigo chefe político e, naquele momento, adversário: "Sobre o trabalho propriamente do velho chefe não posso falar, por isso que apenas li a introdução do seu projeto. Essa parte está muito bem escrita, em linguagem clara. Entretanto, as ideias são antiquadas, pois ainda fala o sr. Borges de Medeiros em Poder Moderador!"</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>BG: máquina de escrever</p>	<p>Os debates publicados pelos jornais ocorriam também na própria Assembleia Constituinte, como referiu O Jornal em 29 de novembro, informando haver movimentação "com o fim de assegurar a vitória de um conjunto de ideias consubstanciadas no projeto de autoria do sr. Borges de Medeiros e com os quais estão de acordo várias forças partidárias". O Jornal também registrou em 6 de dezembro que Alberto Diniz, representante do Acre, falou que os juristas da Casa deveriam examinar a obra de Borges e aproveitá-la como contribuição ao projeto constitucional. No dia seguinte, há a informação de que o gaúcho Mauricio Cardoso defendia a instituição dos conselhos de família nos</p>

<p>BG: máquina de escrever</p>	<p>moldes traçados pelo seu antigo líder. Fazer valer os pontos apresentados por Borges no texto final era o foco de ação de Assis Brasil, Mauricio Cardoso e Adroaldo Mesquita da Costa, representantes da Frente Única gaúcha na Assembleia. Assis Brasil explicou porque apresentou à mesa constituinte as sugestões de Borges: "Todos nós temos na vida uma conta de "deve" e "haver". A minha divergência com o sr. Borges de Medeiros era a seguinte: o sr. Borges de Medeiros era ditatorial e eu democrata. Hoje ele é democrata como eu ou mais do que eu e assim subscrevi as suas sugestões".</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>BG: máquina de escrever</p> <p>BG: máquina de escrever</p>	<p>O político gaúcho seguia no radar da imprensa. Nos primeiros dias de 1934, um bem-humorado Borges recebeu em sua casa, na praia de Boa Viagem, no Recife, o diretor do Diário de Pernambuco e o correspondente dos Diários Associados, grupo do qual fazia parte A Noite. O texto na capa era assinado por Arnon de Mello, que no futuro viria a ser o pai de Fernando Collor de Mello. As fotos mostravam a residência na qual vivia o gaúcho, além do próprio Borges e os jornalistas. Sobre seu livro, disse Borges: "É uma simples contribuição pessoal. Quando o dr. Mauricio Cardoso aqui esteve para trocar ideias comigo a respeito da atitude dos representantes da Frente Única Rio-grandense na Constituinte, eu lhe disse isso mesmo, acrescentando que eles poderiam até nada aproveitar do meu trabalho. Não firmei ali qualquer ponto de vista doutrinário nem tive a intenção de subordinar o projeto a uma doutrina. Adaptei apenas às nossas realidades medidas que se encontram nas novas Constituição do mundo". A respeito das críticas, comentou: "As críticas que até agora me têm chegado giram apenas em torno da instituição do Poder Moderador. Acham esses críticos que, com isso, iríamos tornar ao Poder Moderador da Monarquia, que a ideia é retrógada, etc. Eles certamente não leram o meu trabalho ou, se não, o leram muito apressadamente. O Poder Moderador, como eu o concebo para a República, não tem nenhuma semelhança com o Poder Moderador do Império, salvo no nome e na ação moderadora. A estrutura de um e de outro é, porém, radicalmente diferente, como são também diversas as suas origens e prerrogativas. O poder imperial era irresponsável, ao passo que o poder moderador da República é de todos os poderes o mais responsável. Também não se diga que a instituição do Poder Moderador dá margem a conflitos constantes. A sua criação vem, pelo contrário, evitar conflitos. Basta ler mais atentamente o meu projeto. Com o regime que adotávamos é que poderiam surgir situações difíceis".</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
<p>BG: máquina de escrever</p>	<p>Borges também foi perguntado sobre as medidas que seus críticos consideraram socialistas e que estão no livro: "Adaptei no meu trabalho medidas socialistas que o dr. Alcantara Machado combate. Ao meu ver, entretanto, não devemos nos furtar de encarar de frente os graves problemas do momento, procurando, para fazermos obra duradoura, solucioná-los da melhor maneira possível. Não há, hoje em dia, Estado</p>

<p>BG: máquina de escrever</p>	<p>que não seja socialista, embora em graus diferentes. A questão social se impõe a todos, mesmo aos países do novo mundo. Nenhum homem de Estado e nenhum partido tem o direito de olvidar os problemas sociais e de não buscar resolvê-los de acordo com as realidades e as possibilidades de cada região". O entrevistado não se furtou de abordar um dos pontos mais destacados pela imprensa desde que se noticiou o teor de sua proposta constitucional com a adoção de um sistema próximo ao parlamentarismo: "Tenho de evoluir. O homem político tem de acompanhar as ideias da época. Além disso, houve, depois da grande guerra, transformações tão profundas em todos os domínios da atividade humana, que ninguém pode fechar-se a essas inovações trazidas pela evolução universal".</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
	<p>Com o avanço dos debates e definições a respeito da nova Constituição, as referências ao anteprojeto de Borges de Medeiros desapareceram dos jornais analisados – provavelmente, não estavam mais em análise entre os constituintes ou na opinião pública. Em 19 de abril de 1934, houve ainda uma citação de Maurício Cardoso ao trabalho de seu aliado. Em entrevista a O Jornal sobre parlamentarismo, elogiou a “fórmula de transição” proposta em O Poder Moderador na República Presidencial.</p>
<p>TRILHA MUSICAL</p>	<p>Accordion Low Fox C130</p>
	<p>As notícias sobre as novas posições de Borges de Medeiros sobre a forma de governo ideal marcaram um período da trajetória do chefe político gaúcho. É bem provável que, assim como eu, você nunca tivesse ouvido falar desse livro, que Borges viveu no Recife ou defendeu um modelo de estrutura do Estado bastante próximo do parlamentarismo, que sempre renegara. Quando assumiu as rédeas de seu destino, com a morte de Julio de Castilhos, Borges colocou-se duas missões: ser guardião da Constituição de 1891 e manter a unidade e a força política do Partido Republicano Rio-grandense, o PRR. Assim, se colocava em defesa de um estado administrado a partir do poder supremo do presidente, na chefia do Executivo, relegando somente o orçamento e a fiscalização das contas aos representantes da sociedade que sentavam nas cadeiras da Assembleia. Mas ao escolher seu substituto, Borges viu seu plano naufragar. Getúlio Vargas não se submeteu ao chefe. O velho republicano foi levado a reboque na revolução de 1930. Aderir à ação rebelde simbolizou uma quebra dos preceitos da ordem que Castilhos instituiu e Borges sempre cultivou. O próprio Borges justificou essa atitude como sendo em favor de um objetivo maior, que seria derrotar uma ditadura, reafirmando, assim, um compromisso democrático, ainda que fosse ele próprio apontado como ditador por adversários. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal em meio a uma teia de alianças diversificadas deixou Borges e o PRR ainda mais alijados do poder. Os republicanos gaúchos não rezavam mais unicamente pela cartilha borgista. Voz ainda influente, como demonstrou a mobilização da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, Borges precisou assistir seu pupilo derrubar a Constituição e</p>

	<p>fechar o Congresso. Buscando fazer uso dos espaços que tinha na opinião pública, liderou o movimento pela reconstitucionalização e, pela segunda vez, enveredou pelo caminho armado, dessa vez sem sucesso.</p>
TRILHA MUSICAL	<p>Accordion Low Fox C130</p>
	<p>A fase posterior à saída do Palácio Piratini evidenciou um Borges de Medeiros que sentia o poder esvaír-se de suas mãos. Recluso no Recife por ordem de Getúlio Vargas, Borges propôs uma aproximação com o sistema parlamentarista de governo, com o esvaziamento dos poderes do presidente da República, que passaria a liderar um novo Poder Moderador. Havia ainda a concessão das tarefas do Executivo ao ministério e a ampliação da participação do Legislativo na administração pública. As ideias, recebidas com surpresa, buscavam reduzir os riscos do poder ditatorial, explicava o próprio Borges. O presidente, no novo modelo proposto, teria menos poder, mas ainda seria uma figura com bastante força política justamente por ser escolhido por eleição direta. O Poder Moderador na República Presidencial mostra que Borges ainda era uma voz influente na opinião pública nacional na década de 1930, mas não tinha mais força de ação efetiva. Suas opiniões não resultavam em ação no governo estadual ou federal. Não mandava mais. Mas para seguir chefe político dos republicanos era preciso, estrategicamente, colocar-se como um homem atento às transformações do mundo.</p>
TRILHA MUSICAL	<p>Accordion Low Fox C130</p>
Efeito sonoro	<p>Promulgada a nova constituição, em 1934, Borges foi escolhido para representar a oposição na eleição indireta para presidente da República, disputando justamente contra Getúlio Vargas. Como era de se esperar, foi derrotado, apesar de sua votação ter surpreendido o governo. Mas foi eleito no mesmo ano deputado federal, retornando, em maio do ano seguinte, ao legislativo no Rio de Janeiro, posição que já ocupara nos anos 1890. Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, acabou cassado após o fechamento do Congresso, como todos os demais parlamentares. Dias depois foram extintos os partidos políticos. Ao voltar ao Rio Grande do Sul, Borges fez paradas em diversos municípios pelo caminho e não se opôs, enfaticamente, ao Estado Novo. Disse que não assumiria mais nenhum cargo público, mas manteria a orientação do seu partido. No entanto, não havia mais partidos. Em entrevista à Revista do Globo, em 1948, revelou o quanto esse ponto o marcou: “O Dr. Getúlio Vargas procedeu como um perjuro da República. Entretanto, o motivo mais forte, pelo qual jamais o perdoarei, é porque ele foi o coveiro do Partido Republicano”. Em 1945, com a redemocratização, Borges quebrou a promessa de que se afastaria da política e de atividades públicas. Apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional, à Presidência. Ele acabou derrotado por Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Getúlio Vargas. Nos anos que se seguiram, Borges manteve-se a par das discussões políticas por meio das visitas que recebia de antigos correligionários no casarão da Rua Duque de Caxias, próximo ao</p>

	Palácio Piratini, em Porto Alegre, onde fixou residência. Foi ali que morreu, em 25 de abril de 1961, aos 97 anos.
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130
	<p>Pode parecer que a trajetória política de Borges de Medeiros foi marcada por contradições. Enquanto esteve no poder, viveu defendendo uma gestão centralizada e com pouca participação do legislativo. Fora do poder, pregou uma gestão mais democrática e descentralizada. Pode ser que Borges jogasse apenas com interesses pessoais, algo que estamos tão acostumados a ver hoje em dia, com políticos migrando do apoio a governos de esquerda para a direita, e vice-versa, sem o menor constrangimento. Mas como teve uma longa vida e passou por diversas fases do país, iniciando sua militância ainda no império, não é de se estranhar que fosse revendo suas posições e compreensões sobre política, democracia e gestão pública. Sempre tive curiosidade sobre a figura de Borges de Medeiros, o homem que governou o Rio Grande do Sul por 25 anos. Essa é a imagem que se formou na memória política gaúcha. Queria entender como isso foi possível e, por isso, foi com surpresa que encontrei esse livro e todo o contexto nele envolvido, que fazia desmoronar essa imagem. Ao final, fico com a certeza de que a vida dos homens públicos, assim como a de qualquer um de nós, não é um rígido caminho linear. Há muitas curvas e bifurcações ao longo da estrada. Basta olhar para nossos anos recentes no Brasil, onde o enredo não seria imaginado nem mesmo pelo melhor roteirista de séries políticas. É justamente aí que reside o brilho da pesquisa histórica, que vai nos mostrar, a partir do passado, que nem tudo é tão definitivo quanto o presente pode sugerir e que só o futuro irá consolidar.</p>
TRILHA MUSICAL	Accordion Low Fox C130 (vai a BG)
	<p>Este episódio final do podcast Quando Borges de Medeiros Mudou de Opinião teve como fonte principal os jornais A Noite, Diário de Notícias e O Jornal. Este podcast integra o trabalho de conclusão do curso de bacharelado em História de seu autor, Leandro José Brixius, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com orientação da professora Cássia Daiane Macedo da Silveira. Quer saber mais sobre personagens e acontecimentos históricos citados neste episódio ou ver reproduções dos jornais da época? É só acessar sites.google.com/view/podcastborges.</p>